

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE ENGENHARIA
CÂMPUS DE ILHA SOLTEIRA**

ARNALDO PEDROSO COELHO

**IMPLANTAÇÃO DO SIM/SUASA: O CASO DO TERRITÓRIO PROFESSOR
CORY/ANDRADINA E DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO EXTREMO
NOROESTE DE SÃO PAULO -CIENSP**

Ilha Solteira

2022



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONOMIA
SISTEMAS DE PRODUÇÃO

ARNALDO PEDROSO COELHO

**IMPLANTAÇÃO DO SIM/SUASA: O CASO DO TERRITÓRIO PROFESSOR
CORY/ANDRADINA E DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO EXTREMO
NOROESTE DE SÃO PAULO -CIENSP**

Tese apresentada à Faculdade de Engenharia
de Ilha Solteira – UNESP para obtenção do título
de Doutor em Agronomia. Especialidade:
Sistemas de Produção.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Lázaro Sant'Ana

Ilha Solteira

2022

FICHA CATALOGRÁFICA
Desenvolvido pelo Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação

C672i Coelho, Arnaldo Pedroso.
Implantação do SIM/SUASA: o caso do território professor Cory/Andradina e do consórcio intermunicipal do extremo noroeste de São Paulo - CIENSP / Arnaldo Pedroso Coelho. -- Ilha Solteira: [s.n.], 2022
79 f. : il.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira. Área de conhecimento: Sistemas de Produção, 2022

Orientador: Antonio Lázaro Sant'Ana
Inclui bibliografia

1. Inspeção agropecuária. 2. Política pública. 3. Organização rural. 4. Agricultura familiar.


Raiane da Silva Santos

Supervisora Técnica de Seção
Seção Técnica de Referência, Atendimento ao usuário e Documentação
Diretoria Técnica de Biblioteca e Documentação
CIB-8 - 9999



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Ilha Solteira

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: "Implantação do SIM/SUASA: o caso do Território Professor Cory/Andradina e do Consórcio Intermunicipal do Extremo Noroeste de São Paulo -CIENSP"

AUTOR: ARNALDO PEDROSO COELHO

ORIENTADOR: ANTONIO LAZARO SANT ANA

COORDENADOR: MARCO EUSTAQUIO DE SA

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em AGRONOMIA, área:
Sistemas de Produção pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. ANTONIO LAZARO SANT ANA (Participação Virtual)

Departamento de Fitotecnia, Tecnologia de Alimentos e Sócio Economia / Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira - UNESP

Prof^ª. Dr^ª. SILVIA MARIA ALMEIDA LIMA COSTA (Participação Virtual)

Departamento de Fitotecnia, Tecnologia de Alimentos e Sócio Economia / Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira - UNESP

Prof. Dr. ERCIO ROBERTO PROENCA (Participação Virtual)

Departamento de Fitotecnia, Tecnologia de Alimentos e Sócio Economia / Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira

Dra. NELI CRISTINA BELMIRO DOS SANTOS (Participação Virtual)

Pólo Regional do Extremo Oeste / Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios

Prof. Dr. JEFFERSON ANTHONY GABRIEL DE OLIVEIRA (Participação Virtual)

Departamento de Agronomia / Faculdades Integradas de Três Lagoas - AEMS

Ilha Solteira, 25 de fevereiro de 2022

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao saudoso “Amigo Particular”, Carlos Augusto Cory Moraes e Araújo, Professor Cory do DFTASE - Departamento de Fitotecnia, Tecnologia de Alimentos e Sócio Economia da UNESP de Ilha Solteira – Campus Júlio de Mesquita Filho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus, à minha família, à Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, aos integrantes do Território Professor Cory / Andradina, da AMENSP (Associação dos Municípios do Extremo Noroeste do Estado de São Paulo), do CIENSP (Consórcio Intermunicipal do Extremo Noroeste do Estado de São Paulo) e à UNESP (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho), de Ilha Solteira, todos os funcionários, alunos e professores que me auxiliaram nesta etapa importante de minha formação e permitiram a realização deste trabalho, em especial ao meu orientador Professor Antonio Lázaro Sant'Ana.

RESUMO

A política territorial adotada nacionalmente a partir de 2003, visando o envolvimento de toda a sociedade na implantação de políticas públicas com foco principal para a agricultura familiar, gerou a implantação do Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER) Prof. Cory/Andradina, a partir de 2004. Várias ações foram desenvolvidas e dentre elas a partir de 2016, o Território contribuiu regionalmente para a implantação de uma equipe de inspeção, por meio da Associação dos Municípios do Extremo Noroeste do Estado de São Paulo (AMENSP), tendo como executor o Consórcio do Extremo Noroeste do Estado de São Paulo (CIENSP) que passou a desenvolver ações para implantar o serviço de inspeção de produtos agropecuários. O presente estudo objetivou analisar os resultados alcançados a partir da implantação do Serviço de Inspeção pelo CIENSP e a influência nesse processo da atuação precedente do CODETER Prof. Cory/Andradina. A metodologia adotada neste estudo incluiu revisão bibliográfica, levantamento de dados de fonte secundária, pesquisa documental dos arquivos do CODETER e do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) da UNESP de Ilha Solteira e da aplicação de quatro questionários com atores chaves do processo, os membros do CODETER Prof. Cory/Andradina, o responsável pela equipe de inspeção, os articuladores/representantes municipais e os produtores rurais / empreendedores beneficiados com a implantação da equipe de inspeção. Até o momento da pesquisa as ações do Serviço de Inspeção tinham despertado o interesse de 79 produtores/empreendedores, com a instalação de 16 empreendimentos. Embora esse resultado represente um percentual muito baixo do total de produtores que poderiam ser beneficiados pela regularização de suas atividades, deve-se considerar que é um processo recente e pode ser ampliado em condições gerais mais favoráveis em termos de políticas públicas, pois uma das dificuldades mais importantes constatada foi a limitação financeira dos produtores/empreendedores, combinada com a dificuldade de acesso ao crédito. Foi possível identificar o legado positivo da atuação anterior do CODETER do Território Prof. Cory/Andradina, pois, apesar dos entraves enfrentados, várias ações foram desenvolvidas nos 21 municípios que compreendem a AMENSP/CIENSP, especialmente nos municípios abrangidos pelo Território.

Palavras chave: inspeção agropecuária; política pública; organização rural; agricultura familiar.

ABSTRACT

The territorial policy adopted nationally since 2003, aiming at the involvement of the whole society in the implementation of public policies with a main focus on family farming, generated the implementation of the Collegiate of Territorial Development (CODETER) Prof. Cory/Andradina, starting in 2004. Several actions were developed and among them, starting in 2016, the Territory contributed regionally to the implementation of an inspection team, through the Association of Municipalities in the Far Northwest of the State of São Paulo (AMENSP), having as executor the Consortium of the Extreme Northwest of São Paulo State (CIENSP) which started to develop actions to implement the inspection service of agricultural products. The present study aimed to analyze the results achieved from the implementation of the Inspection Service by CIENSP and the influence on this process of the previous performance of CODETER Prof. Cory/Andradina. The methodology adopted in this study included a bibliographic review, data collection from a secondary source, documental research of the CODETER files and the Extension Nucleus in Territorial Development (NEDET) of UNESP in Ilha Solteira and the application of four questionnaires with key actors in the process, the members of CODETER Prof. Cory/Andradina, responsible for the inspection team, the articulators/municipal representatives and rural producers/entrepreneurs benefited from the implementation of the inspection team. By the time of the research, the Inspection Service's actions had aroused the interest of 79 producers/entrepreneurs, with the installation of 16 enterprises. Although this result represents a very low percentage of the total number of producers that could benefit from the regularization of their activities, it must be considered that it is a recent process and can be expanded under more favorable general conditions in terms of public policies, since one of the difficulties The most important findings were the financial limitations of producers/entrepreneurs, combined with the difficulty of accessing credit. It was possible to identify the positive legacy of the previous performance of CODETER in the Territory Prof. Cory/Andradina, because, despite the obstacles faced, several actions were developed in the 21 municipalities that comprise AMENSP/CIENSP, especially in the municipalities covered by the Territory.

Keywords: agricultural inspection; public policy; rural organization; family farming.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Limites territoriais dos 11 municípios pertencentes ao Território Andradina (SP) e indicação de sua localização no Estado de São Paulo.....	24
Figura 2 – Limites territoriais dos 21 municípios pertencentes à MENSP – Associação dos Municípios do Extremo Noroeste do Estado de São Paulo.	25
Figura 3 - Idade dos Articuladores / Representantes dos 11 municípios do Território Professor Cory / Andradina.....	36
Figura 4 – Atividades desenvolvidas em apoio à equipe de inspeção do SIM/ SUASA no Território Professor Cory/Andradina.....	37
Figura 5 – Número de agricultores / empreendedores que procuraram informações a respeito da implantação de SIM / SUASA no Território Professor Cory/ Andradina.....	38
Figura 6 – Número de empreendimentos ligados ao SIM / SUASA que os Articuladores ou representantes municipais ajudaram a implantar, no Território Professor Cory/Andradina.....	39
Figura 7 – Tipo de apoio ou recurso utilizado para implantação dos empreendimentos, de acordo com o conhecimento dos articuladores ou representantes, no Território Prof. Cory/Andradina (SP).....	40
Figura 8 – Faixa etária dos Articuladores/Representantes dos 21 municípios abrangidos pelo CIENSP.....	45
Figura 9 - Escolaridade dos Articuladores/Representantes dos 21 municípios abrangidos pelo CIENSP.....	46
Figura 10 - Distribuição dos Articuladores / Representantes municipais quanto ao reconhecimento de sua função de apoio à equipe de inspeção do SIM/SUASA, nos municípios abrangidos pelo CIENSP.....	47
Figura 11 – Distribuição do número de agricultores ou outros empreendedores que solicitaram informações, visando implantação ou formalização do negócio, nos municípios abrangidos pelo CIENSP.....	48
Figura 12 – Distribuição dos Articuladores/ Representantes de acordo com o tipo de resposta em relação a apoio financeiro ou técnico utilizado pelos empreendimentos implantados, nos municípios abrangidos pelo CIENSP.....	54
Figura 13 - Comentário livre de um dos produtores / empreendedores sobre as vantagens de regularizar seu negócio pelo SIM/SUASA, via equipe do Serviço de Inspeção da AMENSP/ CIENSP.....	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados referentes à evolução das Unidades de Produção Agropecuária (em geral e familiar) e das Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) Nos municípios que formam o Território Professor Cory/Andradina (SP).....	24
Tabela 2 - Dados referentes à evolução das Unidades de Produção Agropecuária (LUPA 2007 / 8 comparando – se com 2016/17) e das Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP – dados atuais), nos municípios que formam a AMENSP (SP).....	27
Tabela 3 - Tipos de empreendimento que está recebendo ajuda na implantação por parte dos articuladores / representantes do SIM / SUASA, no Território Professor Cory/Andradina.....	40
Tabela 4 - Resposta dos Articuladores ou Representantes dos municípios quanto ao acompanhamento dos trabalhos junto aos empreendimentos após a implantação do Serviço de Inspeção, no Território Professor Cory / Andradina (SP).....	41
Tabela 5 – Sugestões dos Articuladores / Representantes sobre o que a prefeitura ou outro órgão público pode fazer para ajudar a viabilizar a regularização de um maior número de empreendimentos pelo SIM / SUASA, no Território Prof. Cory/Andradina.....	43
Tabela 6 – Observações dos Articuladores / Representantes do Território Prof. Cory/Andradina.....	44
Tabela 7 – Resposta dada pelos Articuladores / Representantes em relação a possível ajuda na implantação de empreendimentos que estavam em funcionamento, nos municípios abrangidos pelo CIENSP.....	50
Tabela 8 - Resposta dada pelos Articuladores / Representantes em relação a possível ajuda à empreendimentos que estão sendo implantados, nos municípios abrangidos pelo CIENSP.....	52
Tabela 9 – Resposta dada pelos Articuladores / Representantes em relação Ao acompanhamento dos empreendimentos após sua implantação, nos municípios abrangidos pelo CIENSP.....	53
Tabela 10 - Resposta dada pelos Articuladores / Representantes em relação ao que a Prefeitura ou outro órgão público pode fazer para ajudar na viabilizar a Regularização de um maior número de empreendimentos pelo SIM/SUASA, nos municípios abrangidos pelo CIENSP.....	58
Tabela 11 – Observações dos Articuladores/Representantes nos municípios abrangidos pelo CIENSP.....	61

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABC	Santo André, São Bernardo e São Caetano do Sul (Grande São Paulo)
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
AMENSP	Associação dos Municípios do Extremo Noroeste do Estado de São Paulo
APTA	Agência Paulista de Tecnologias do Agronegócio
CATI	Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CDRS	Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável
CIAT	Colegiado de Instalações das Ações Territoriais
CIENSP	Consórcio Intermunicipal do Extremo Noroeste do Estado de São Paulo
CMDR's	Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural
CNDRS	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONSAD's	Consórcios Intermunicipais de Segurança Alimentar e Desenv. Local
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
CODETER	Colegiado de Desenvolvimento Territorial
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de desenvolvimento Humano
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITESP	Instituto de Terras do Estado de São Paulo
LUPA	Levantamento Sensitário das Unidades de Produção Agropecuária
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
NEDET	Núcleo de Desenvolvimento Territorial
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PDSTR	Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PROINF	Programa de Infra Estrutura do PRONAF
PRONAF	Programa Nacional da Agricultura Familiar
PRONAT	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais
PTC	Programa de Territórios da Cidadania
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SIF	Serviço de Inspeção Federal
SIM	Serviço de Inspeção Municipal
SISBI-POA	Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal
SISP	Serviço de Inspeção do Estado de São Paulo
SIT	Sistema de Informações Territoriais
SUASA	Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUSAF	Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial, Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	15
2.1	Territorialização e a Política de Desenvolvimento Territorial.....	15
2.2	Território Professor Cory/Andradina.....	23
2.3	Associação dos Municípios do Extremo Noroeste do Estado de São Paulo (AMENSP).....	25
<i>2.3.1</i>	<i>Consórcio Intermunicipal do Extremo Noroeste do Estado de São Paulo.....</i>	<i>26</i>
3	METODOLOGIA.....	28
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	31
4.1	Revisão e Análise de Documentação do Território Professor Cory/Andradina....	31
4.2	Entrevistas com integrantes do Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Território Professor Cory/Andradina.....	33
4.3	Pesquisa com os Articuladores/Representantes municipais de apoio às ações de implantação do serviço de inspeção no Território Prof. Cory/Andradina.....	36
<i>4.3.1</i>	<i>Características e funções dos articuladores ou representantes dos municípios do Território Professor Cory/Andradina.....</i>	<i>36</i>
<i>4.3.2</i>	<i>Caracterização da demanda e das atividades realizadas pelos articuladores ou representantes dos municípios do Território Professor Cory/Andradina.....</i>	<i>37</i>
4.4	Pesquisa com os Articuladores/Representantes municipais de apoio às ações de implantação do serviço de inspeção na área de abrangência da AMENSP.....	44
<i>4.4.1</i>	<i>Características e funções dos articuladores ou representantes dos 21 municípios abrangidos pelo CIENSP.....</i>	<i>45</i>
<i>4.4.2</i>	<i>Caracterização da demanda e das atividades realizadas pelos articuladores ou representantes dos 21 municípios abrangidos pelo CIENSP.....</i>	<i>46</i>
4.5	Análise da entrevista com o responsável pela equipe de inspeção dos 21 municípios da AMENSP/CIENSP.....	61
4.6	Pesquisa com os produtores rurais/empreendedores que foram atendidos pela equipe de inspeção do SIM / SUASA.....	62
<i>4.6.1</i>	<i>Trabalho de identificação dos empreendimentos atendidos.....</i>	<i>62</i>

4.6.2	<i>Pesquisa com os responsáveis pelos empreendimentos atendidos pela equipe de inspeção do SIM / SUASA.....</i>	<i>63</i>
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
	REFERÊNCIAS.....	70
	APÊNDICE 1 – Questionário para os integrantes do CODETER.....	76
	APÊNDICE 2 - Questionário equipe de inspeção.....	77
	APÊNDICE 3 - Questionário Articuladores / Representantes.....	78
	APÊNDICE 4 - Questionário Produtores Rurais / Empreendedores atendidos pelo Serviço de Inspeção.....	79

1 INTRODUÇÃO

Há diversas definições sobre território, inclusive com diferenças em função de qual disciplina está abordando o tema. Neste trabalho ao se referir a Territórios, inclusive especificamente Territórios Rurais, utiliza-se da perspectiva adotada pela SDT (Secretaria de Desenvolvimento Territorial), conforme comenta Garbin (2006).

A SDT adotou da academia a definição de território: É um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizados por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. E para território rural a seguinte definição: são os territórios, conforme anteriormente, onde os critérios multidimensionais que os caracterizam, bem como os elementos mais marcantes que facilitam a coesão social, cultural e territorial, apresentam, explicita ou implicitamente, a predominância de elementos “rurais”. Nestes territórios incluem-se os espaços urbanizados que compreendem pequenas e médias cidades, vilas e povoados. E para microrregiões rurais: As microrregiões rurais são aquelas que apresentam densidade demográfica menor do que 80 habitantes por km² e população média por município até 50.000 habitantes (GARBIN, 2006, p. 6).

No estado de São Paulo foram reconhecidos, no âmbito da Política de Desenvolvimento Territorial do governo federal cinco territórios rurais, sendo três Territórios da Cidadania (Pontal do Paranapanema, Sudoeste Paulista e Vale do Ribeira) e dois Territórios de Identidade (Noroeste Paulista e Prof. Cory/Andradina¹). Este último teve sua delimitação coincidente com a Microrregião Geográfica de Andradina, sendo composto de 11 municípios (Figura 1, p. 24).

No Território Professor Cory/Andradina houve um aumento no número de agricultores familiares, segundo dados da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), conforme levantamentos do LUPA (Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária), passando de 7.647 em 2008 para 9.033 unidades de produção agropecuária (UPAs) em 2017/2018, e deste total, 7.939 (88%) representadas por agricultores familiares, fato este, influenciado pelo número de assentamentos da Reforma Agrária do Governo Federal implantados no período coincidente com a implantação do referido

¹ Inicialmente denominado Território de Andradina (SP) teve seu nome alterado por decisão do Codeter/Andradina, em 2012, por ocasião da morte do Prof. Carlos Augusto Moraes e Araújo (Cory), da Unesp Câmpus de Ilha Solteira, então Coordenador do Codeter e grande apoiador de políticas públicas para a agricultura familiar. A demanda pela mudança do nome foi enviada à SDT/MDA não teve nenhuma resposta oficial, mas a partir daquele momento o Território adotou essa denominação, inclusive nos documentos e divulgação dos eventos realizados.

Território (COELHO *et al.*, 2019). Na área correspondente ao Território Prof. Cory / Andradina foram instalados 38 Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária, com quase 3.500 famílias assentadas (BRASIL, 2017), parte dos mesmos após 2008.

Segundo Coelho *et al.* (2019) ocorreu incremento na produção de carne, leite, grãos e produtos hortigranjeiros, em parte devido à implantação de Programas Institucionais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ambos do Governo Federal, e o PPAIS (Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social), sempre vinculados ao fortalecimento das Organizações Rurais e o PRONAF (Programa Nacional de Agricultura Familiar) e por fim, em 2016, a implantação de uma equipe de inspeção de produtos agropecuários, sob responsabilidade da Associação dos Municípios do Extremo Noroeste do Estado de São Paulo - AMENSP, cuja execução ficou a cargo do Consórcio Intermunicipal do Extremo Noroeste do Estado São Paulo - CIENSP.

A participação do Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER) do Território Professor Cory / Andradina, foi fundamental neste processo, sendo que sua atuação na região (em parte coincidente com a que abrange a AMENSP) estendeu-se desde a instalação em 2004, no Governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, até desarticulação do mesmo, em 2016.

Sabourin (2015, p.127) comenta que as premissas do PRONAT (Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais) preconizavam a participação de toda a sociedade, inclusive os poderes Municipais, Estadual e Federal.

O presente estudo procura avaliar os resultados alcançados a partir da implantação do Serviço de Inspeção pelo CIENSP, como um dos desdobramentos da atuação do CODETER Prof. Cory / Andradina. A análise baseou-se fundamentalmente, na percepção dos integrantes do Colegiado Professor Cory / Andradina e dos demais envolvidos deste trabalho nos 21 Municípios da AMENSP / CIENSP, por meio de seus interlocutores / representantes, incluindo a equipe de inspeção e os produtores rurais ou empreendedores atendidos, combinada com exame de documentos e trabalhos científicos publicados. Espera-se, contribuir para entender o grau de importância do desenvolvimento territorial.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Territorialização e a Política de Desenvolvimento Territorial

A Territorialização pode ser referenciada em diversos períodos de nossa história de formas distintas e complementares. Galvão e Vasconcelos (1999, p.6) afirmam que, à época, a globalização já se organizava de forma territorial, em seus diferentes espaços baseados na trílogia: “Tecnologia – Organizações – Territórios”. Assim a tendência, tanto na política quanto na teoria, foi a adesão às escalas espaciais, territoriais e sub-regionais. Os autores consideravam uma inovação esta concepção de política regional no Brasil que foi baseada em trabalho coordenado pelo IPEA (Instituto de Pesquisas e Economia Aplicada) e que proporcionou, com auxílio de mapeamentos, um estudo de todo o Território Nacional, visando apoiar o desenvolvimento regional. A metodologia foi inspirada no FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) com o intuito de trabalhar Políticas Públicas em níveis Regionais visando a redução das desigualdades territoriais (FEDER, 2020).

Goldenstein e Seabra (1982), analisaram diversas pesquisas e destacaram que, no início do século XX, em função de características advindas das condições históricas, o País era considerado um Território único sem diferenciação interna e apenas voltado para a “Produção para fora”. Mas nesta época já eram marcantes as diferenças regionais do trabalho e da produção, como a área cafeeira no Sudeste, que representava 60% do total da exportação brasileira no início do século XX; a pecuária do Sul e também de Minas Gerais; na Zona da Mata na Região Nordeste, a agroindústria canavieira no Sertão Nordestino e no Agreste a economia voltada para a pecuária e o algodão. Citam também “dois vazios” que ocupavam mais da metade do Território Nacional, as atuais regiões Centro Oeste e Norte, completando o quadro econômico territorial do Brasil do período.

Nos diversos assuntos relativos à importância do desenvolvimento brasileiro, Guimarães Neto (1997) ressaltava a importância de uma leitura da realidade à época para ter sucesso na inserção futura no mercado mundial, no qual o padrão tecnológico mostrava-se com perspectivas de mudanças “radicais”. Como ponto em destaque resalta a dimensão continental brasileira, as diferenças diversas de suas regiões quanto às condições socioeconômicas também relatadas por outros autores, o caso do pós-guerra quando o País foi beneficiado com o avanço entre os anos 1940 e 1970 da industrialização, com a política de substituição das importações e, desta forma conseguiu crescer economicamente em níveis superiores a outros países subdesenvolvidos. Como exemplo de entraves a serem superados

pela ação governamental o autor cita a dívida pública, o conformismo político de algumas regiões, a crise fiscal e financeira.

Mais recentemente, no período estudado pelo referido autor devido às mudanças, o Estado, mesmo em um período de ascensão do neoliberalismo, viu-se obrigado a participar com políticas públicas adequadas no sentido de acompanhar a evolução da globalização, não deixando que apenas o mercado definisse a reestruturação econômica e os setores produtivos. Regiões e sub-regiões passaram a ser vistas como potenciais níveis de ações governamentais com possibilidade de êxito, potencializando assim as organizações que atuam nessas escalas e em consequência abrindo caminhos para a territorialização, pois a Constituição de 1988 já havia dado os marcos legais neste sentido (GUIMARÃES NETO, 1997), aspecto também destacado por outros autores, como Caldas e Moreira (2013).

Silva (1992) menciona as décadas de 1930 a 1980 como períodos de industrialização de nossa economia com substituição de importações e forte apoio governamental. Já no início dos anos de 1990, as mudanças econômicas, com diminuição da presença do Estado e consequente maior participação da iniciativa privada, especialmente via privatizações das empresas estatais, assim como a abertura do País ao comércio exterior, geraram exigências de integrações de regiões com potenciais semelhantes, haja vista a necessidade de tornarem-se mais competitivas neste cenário de abertura econômica mundial. Neste sentido, a SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), em janeiro de 1990, divulgou a Política Regional de Desenvolvimento Industrial, voltado para o desenvolvimento do Nordeste para as décadas seguintes, visando tornar a região mais integrada em nível intra-regional e competitiva em nível extra-regional. Uma das consequências foi a criação do Complexo Industrial Portuário de SUAPE, em Pernambuco.

Nessa linha de discussão da importância de levantar e conhecer a realidade local e fatores históricos relativos aos territórios, Carneiro (2013, p.27), relata como um dos grandes desafios o estudo dos fatores que levaram às condições atuais de uma determinada localização, no caso, os territórios, pois o passado tem importância fundamental nessas condições e a história tem necessariamente que caminhar conjuntamente com a geografia, pois as duas completam a explicação da sociedade. O autor destaca a influência humana, que ao longo do tempo permite desvendar projetos econômicos, políticos, militares e simbólicos em jogo, que por diferentes vias procuram se implantar na sociedade em foco. Afirma ainda que se devam entender as diferenças de classes sociais, presença do Estado, do setor privado, grupos marginalizados, pois a construção política depende também destas variáveis, que por sua vez, são muito dinâmicas.

Nesse contexto, em 2003, foi criado o PRONAT que reconheceu, em seu auge em 2016, 239 territórios rurais, abrangendo mais de 3,5 mil municípios brasileiros, atuando para fortalecer as políticas de crédito, o apoio à comercialização e assistência técnica (BRITO, 2017).

Sabourin (2015) analisa o histórico da implantação de Territórios em nível nacional, referenciando que o PRONAT visou não apenas para fortalecer o PRONAF, mas apoiaram-se em experiências anteriores como os CNDRS (Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável) que reunia integrantes com atuação em diversos níveis, como a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura Familiar) do Nordeste (Projeto Umbuzeiro – Assocense), com parcerias na Europa; o Banco Mundial, com o Projeto Áridas, e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), no caso do Projeto “Dom Helder Câmara” e assim como experiências do Sul do ‘País, como os Coredes no Rio Grande do Sul, trabalhos de descentralização em Santa Catarina, Cressol no Paraná, Consórcios Intermunicipais em São Paulo. Todas essas experiências vão influenciar a formação e estruturação do PRONAT.

Em seus estudos, Sabourin (2015) também se refere a outras influências na formação do PRONAT, como o Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola (IICA), as Políticas Territoriais da União Europeia (LEADER e LEADER +), que apesar de ser um programa com perspectiva neoliberal, serviu como base também na implantação da territorialização no Brasil. O autor destaca a importância destas experiências dos membros do Ministério, responsáveis pela implantação dos Territórios, não só no início, mas, sobretudo na formação inicial dos membros do CIAT (Comissão de Instalação das Ações Territoriais), a partir dos dois primeiros anos com efetiva implantação dos territórios, inclusive posteriormente, quando da criação dos Territórios da Cidadania após 2008. Este aspecto também é abordado como ponto referencial positivo na implantação e sustentação das ações dos territórios por Delgado e Grisa (2014), que após dez anos de implantação do PRONAT, consideraram importante a participação destes representantes governamentais.

Delgado *et al.* (2007), em estudos sobre a implantação do PRONAT também já havia destacado que o fato do mesmo ser uma “linha de ação” do PRONAF Infra Estrutura e Serviços Municipais, que havia iniciado em 1997 e funcionado neste modelo até 2002, como uma ação municipal, e que a partir do PRONAT passou a ter caráter Regional. Anteriormente os debates sobre a utilização dos recursos ocorriam nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e passou para os Colegiados dos Territórios, que por sua vez se

legitimavam por meio dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS). Os debates, portanto, passaram de representantes locais para regionais.

Caldas e Moreira (2013) ressaltam todo o histórico de legislação a respeito de consórcios intermunicipais e territórios, os quais evitam problemas legais que pudessem acontecer, mas também mencionam entraves que os autores chamam de freios: as normas restritivas de fluxos financeiros entre Governo Federal e Municipal; a relação entre técnicos e lideranças locais (que tanto foram positivas ou limitantes conforme à época, no Estado de São Paulo) e a própria assimetria do destino dos recursos que apenas podem vir aos municípios e não diretamente às organizações regionais, criadas no âmbito da política dos territórios rurais. Os temas passaram a ser tratados regionalmente, mas a legislação não foi eficiente para direcionar os recursos na mesma ordem e os envolvidos passam a ter demandas distintas que por vezes impedem ou dificultam a melhor solução para o problema.

Outra limitação, destacada por Delgado e Grisa (2014), é que apesar de adquirir essa dimensão regional, o fato do PRONAT ter dado continuidade ao PRONAF na linha de Infra Estrutura e Serviços, acabou levando à predominância de direcionamento do debate nos territórios apenas para assuntos ligados à agricultura e ao setor rural. Isso predominou e apesar do governo federal por meio do MDA (Ministério de Desenvolvimento Agrário), logo após a implantação do PTC, ter recomendado que as discussões envolvessem setores não agrícolas, tal recomendação foi adotada de forma insignificante, segundo os autores.

Delgado e Grisa (2014), também mencionam a ampliação das atividades dos CMDR's (Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural) que passaram de órgãos apenas locais como tradicionais apoiadores dos executivos locais, a potenciais agentes de desenvolvimento territorial com a participação mais efetiva da sociedade civil. Preocupavam-se à época com a dependência destes grupos caso a iniciativa federal fosse interrompida, se por algum motivo o Governo Federal se afastasse da pró-atividade exercida na implantação do PRONAT e PTC (Programa Territorial da Cidadania).

Os referidos autores (DELGADO; GRISA, 2014) reforçam o papel das lideranças nas mudanças no papel dos Conselhos. Como o exemplo há os casos do Estado de São Paulo, em que Celso Daniel e Mário Covas, Prefeito no ABC Paulista e Governador do Estado, respectivamente, se destacaram como lideranças políticas na implantação desse processo, motivando e convencendo a implantação desse tipo de trabalhos; mas, posteriormente, com o falecimento dos mesmos, houve uma estagnação desta proposta, ocorrendo até mesmo uma resistência por parte do Governo do Estado de São Paulo, em participar na Região do Pontal do Paranapanema, quando se iniciou as discussões do PRONAT em 2003 (CALDAS, 2013).

Fuser (2016) apresenta situação similar no Vale do Ribeira no Estado de São Paulo, onde as diferenças político partidárias foram responsáveis por não ter sido implantado, entre 2008 e 2010, o Território da Cidadania na região.

Oliveira, Perafán e Conterato (2013), também salientam o fator humano como essencial, na gestão participativa dos Territórios, pois os envolvidos, além de capacidade de planejamento estratégico, precisam estar preparados para tal, deverão levar em consideração a essencialidade de garantia de acesso a direitos básicos, inclusão social, produtiva, garantir a presença do maior número possível e dar voz aos envolvidos, por meio de suas representatividades, contando sempre com o apoio dos agentes públicos nas três esferas (Municipal, Estadual e Federal), pois a ausência destes prejudica o andamento das ações nas diferentes etapas da territorialização. Os referidos autores afirmam que a Secretaria de Desenvolvimento Territorial apoiou os trabalhos e tinha o entendimento da necessidade desta participação pública para o amadurecimento da proposta de territorialização, inclusive apoiando também a Rede Nacional de Colegiados Territoriais (RNTC), que tinha representantes de todos os Colegiados Estaduais. A preocupação é que os envolvidos, desde que verdadeiramente representantes, deveriam sentir-se como parte da construção dos Planos Territoriais e que isso não transpareça como algo dado; que os mesmos considerem como um avanço, esta construção coletiva.

Mello Thery (2011) defende a interdisciplinaridade para garantir que a inter-relação da gestão territorial consiga dar mais eficiência no conjunto Estado, Sociedade, Instituições intergovernamentais e multilaterais. Em seus estudos, afirma que as políticas públicas transformam os territórios desde que não contemplem sempre o poder econômico e político, mas também suas populações mais vulneráveis como os indígenas, quilombolas, camponeses e que seja favorável às questões ambientais e não apenas favoreça a expansão econômica predominante, como o agronegócio.

Nesta mesma linha de pensamento, Souza e Amaral (2015), estudando o Território da Baixada Cuiabana em Mato Grosso, destacam pontos importantes da região com relação à identidade sociocultural ter sido fundamental na implantação do referido Território, como exemplo de um dos pontos importantes, a tradição alimentar baseada na cultura da mandioca. Para os autores, a região da Baixada Cuiabana tem nas populações dos agricultores familiares, indígenas, quilombolas, vaqueiros, raizeiros e ribeirinhos, forte relação com a cultura, e destaca o fato do PRONAT considerar que a forma de exploração da terra com a cultura da mandioca não era um atraso de exploração agrícola, mas sim uma possibilidade de avanço na proposta da Territorialização. Neste processo foi necessário abrir mão de premissas voltadas

de forma predominante para o ganho de capital, para preservar e fortalecer a tradição local, e assim promover o desenvolvimento territorial sustentável de forma peculiar.

Delgado *et al.* (2007), analisa como desafiadora a dependência da representatividade, que a política de desenvolvimento rural enfrentava. Na época, várias experiências foram bem sucedidas, mas também em “casos numerosos”, em que os colegiados territoriais não se apresentavam representativos de todos os segmentos sociais da agricultura familiar, limitavam as propostas de desenvolvimento dos territórios. Neste sentido, Fuser (2016) menciona como contribuição positiva para a sociedade brasileira, quando estuda o PRONAT e o PTC em uma das regiões mais críticas em IDH no Estado, o Vale do Ribeira:

Mobilizar mais de duas dezenas de ministérios, muitos sob coordenação de outros partidos e conseguir que incorporassem uma estratégia diferente das que vinham sendo utilizadas em suas políticas, foi uma grande conquista do Governo Lula. Assim como foi uma conquista das organizações sociais a retomada do PTC durante o Governo Dilma (FUSER, 2016, p. 136).

Bonnal (2007) ao tratar dos processos diferenciados e contraditórios envolvidos nas temáticas da Territorialidade, Sustentabilidade e Desenvolvimento destaca que a sustentabilidade pode ser considerada como bastante desconectada das dinâmicas territoriais de desenvolvimento econômico. O autor considera que os governos da época (Lula e Dilma) foram voltados para a participação popular, o que demonstra a criação de programas como: o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR), da Secretaria do Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA); no Ministério do Meio Ambiente, o Programa de Desenvolvimento Sócio-ambiental da Produção Familiar Rural (Proambiente); no Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) o Programa de Consórcios Intermunicipais de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consad's); no Ministério do Desenvolvimento Industrial e Comércio (MDIC) o Programa Arranjos Produtivos Locais (APL). Refere-se aos mesmos como amplamente significativos para a sociedade envolvendo mais da metade dos agricultores familiares do País e mais de um terço de todo o Território Nacional, porém com problemas limitantes de eficiência, relatando diversas causas, como falta de recursos, legitimação dos envolvidos, legalidade das ações, entre outros diversos fatores envolvidos.

Considerado por Fuser (2016) como um “fracasso”, o PTC (Programa Territórios da Cidadania) teria encontrado dificuldades para se estabelecer no Vale do Ribeira-SP em função do arranjo de coordenação e governança proposto não ter funcionado diante da estrutura federalista brasileira, da política partidária, do histórico setorial das políticas públicas e

também devido às especificidades daquele Território, com baixo envolvimento de setores importantes na construção do PTC, como foi o caso de alguns grupos de agricultores familiares e a exclusão de representantes do segundo setor (empresas privadas).

Leite (2007) considera que os invisíveis precisam ser mais representados. O empoderamento se faz necessário para que haja maior acesso destes grupos, referindo-se às populações nativas ou tradicionais, “sem participação nem acesso” nas políticas territoriais. Um aspecto importante citado pelo autor é o fato de que a relação com as Prefeituras Municipais também pode ser limitante nesta aproximação com os envolvidos em muitas localidades, pois se trata de uma relação “travada”.

Perafan e Ávila (2017) confirmaram a preocupação relatada por diversos autores e chegaram à conclusão que a extinção do Ministério de Desenvolvimento Agrário e consequentemente da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), comprometeram as ações de diversos Territórios, e que, apesar da permanência das atividades em vários destes, a maioria não continuou organizado sem a presença do Ministério. Muitas conquistas são referenciadas no debate, sendo unânime como ponto positivo a democratização da implantação de políticas públicas voltadas para os agricultores familiares e também, que a ruptura de modelo político, entre a implantação dos trabalhos de territorialização e sua extinção, deverá ser motivo de repensar um novo modelo e que poderá ser seguido pelos novos governantes.

Com base nesse ponto de vista, Perafan e Ávila (2017) citam a importância apresentada no período entre 2003 a 2016, em nível nacional do PRONAT, afirmando que o ganho socioeconômico conquistado, coincide com as ações do referido Programa. No entanto Fuser (2016) destacava que a pobreza, apesar de estar sendo reduzida no País em função do que chamava de “universalização de direitos”, o mesmo não vinha ocorrendo na área rural em específico, pois cálculos baseados no nível IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) apontavam para aumento na desigualdade, principalmente em algumas regiões basicamente de caráter rural e que ficaram para trás neste processo de desenvolvimento. Este aspecto reforçava a necessidade de repensar o PRONAT, mas não de extingui-lo, como ocorreu.

Tarsitano (2012), além de fazer um relato histórico sobre a abordagem territorial no Brasil e, particularmente, da criação do Pronat nos cinco territórios do Estado de São Paulo; analisou, de modo específico, os investimentos realizados pelo PROINF no Território Professor Cory/Andradina. Até o período estudado (2011) tinham sido implantados 19 projetos. Para o autor, apesar das dificuldades constatadas, é incontestável que a abordagem

Territorial é alternativa viável na solução dos problemas sócios econômicos locais, tanto urbanos quanto rurais.

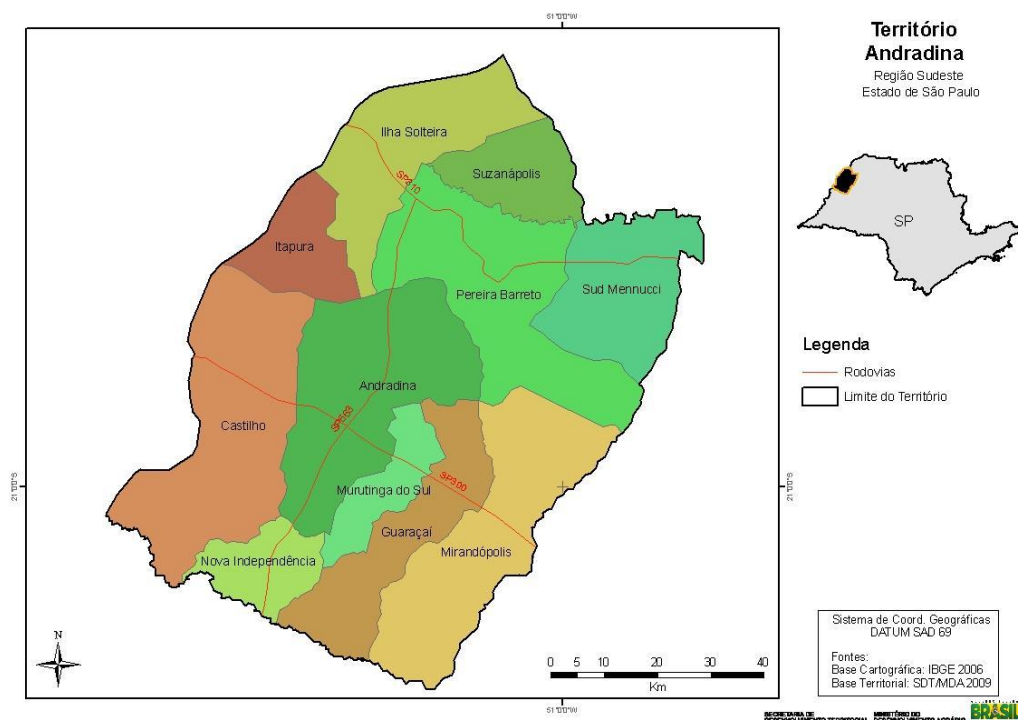
2.2 - Território Professor Cory/Andradina

O Território Professor Cory / Andradina, representado na Figura 1, foi homologado em 28 de julho de 2004 (TARSITANO, 2012). É composto por 11 municípios, sendo estes: Sud Menucci, Suzanápolis, Pereira Barreto, Ilha Solteira, Itapura, Castilho, Andradina, Nova Independência, Murutinga do Sul, Guaraçá e Mirandópolis. O referido Território abrange parte dos municípios dos Escritórios de Desenvolvimento Rural de Andradina e General Salgado, da CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, da Região Administrativa Estadual do Governo do Estado com sede em Araçatuba e da Associação dos Municípios do Extremo Noroeste do Estado de São Paulo (AMENSP) e do Consórcio Administrativo da referida Associação (Consórcio Intermunicipal do Extremo Noroeste do Estado de São Paulo) , CIENSP (BRASIL, 2010, SILVA 2012, FRANCO 2013, SÃO PAULO/CODEAGRO, 2019).

A região de Andradina (SP), correspondente ao Território Prof. Cory/Anradina, apresentou nas últimas três décadas a desapropriação de 38 propriedades rurais para a implantação de assentamentos da reforma agrária que abrigaram 3.448 famílias, ocupando uma área de 62.935 ha. Um dos motivos das desapropriações foi a forte presença dos movimentos sociais de luta pela terra (INCRA, 2018; SILVA 2012).

Coelho *et al.* (2019) destaca a predominância da agricultura familiar no referido Território, conforme pode ser visto na Tabela 1, os agricultores familiares representam 88,3% do total das Unidades de Produção Agropecuária (UPAs), com destaque para os municípios de Murutinga do Sul, Andradina e Castilho com mais de 92% de propriedades familiares, com aumento significativo entre os levantamentos realizados pelo órgão entre 2008 e 2017, sendo diretamente influenciado pelos assentamentos da reforma agrária implantados.

Figura 1 - Limites territoriais dos 11 municípios pertencentes ao Território Andradina (SP) e indicação de sua localização no Estado de São Paulo.



Fonte: Sistema de Informações Territoriais – SIT / SDT / MDA (BRASIL, 2009).

Tabela 1 - Dados referentes à evolução das Unidades de Produção Agropecuária (em geral e familiar) e das Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) nos municípios que formam o Território Professor Cory/Andradina (SP).

Município	T.P. 2008 (n°)	T.P. 2017 (n°)	T.P.F 2017-18 (n°)	DAP (n°)
Andradina	1293	1341	1242	443
Castilho	1058	1563	1442	1132
Guaraçai	655	788	671	390
Ilha Solteira	483	479	426	383
Itapura	296	311	291	264
Mirandópolis	1108	1466	1298	648
Murutinga do sul	624	628	588	301
Nova Independência	244	250	216	82
Pereira Barreto	575	764	630	476
Sud Menucci	322	420	335	95
Suzanópolis	404	365	257	95
Total	7.062	8375	7.396	4.309

Fonte: LUPA.IEA, 2007/2008 e 2016/2017. INCRA, 2018. Legenda: T.P. 2008: Total de Propriedades em 2008; T.P. 2017: Total de Propriedades em 2017; T.P.F. (17-18): Total de Propriedades Familiares em 2017-2018; DAP: Declaração de Aptidão ao Pronaf.

Por outro lado, em nível nacional, o aporte de recursos do PRONAF passou segundo Bianchini (2015), de R\$2,3 para R\$28,9 bilhões entre as safras 2002/2003 e 2015/2016, observa-se que, no Território Prof. Cory / Andradina, foram emitidas somente 58,3% de DAPs em relação ao total de agricultores familiares (Tabela 1), o que pode indicar que o acesso ao crédito e às políticas públicas em geral ainda não atingira um percentual expressivo desses agricultores na região. O referido autor destaca a importância da extensão rural pública para a agricultura familiar nacional na emissão de DAP's (Declaração de Aptidão ao PRONAF), como documento obrigatório de acesso ao referido crédito.

2.3 - Associação dos Municípios do Extremo Noroeste do Est. de São Paulo (AMENSP)

Segundo A AMENSP (2015), a Associação dos Municípios do Extremo Noroeste do Estado de São Paulo foi fundada em 26 de janeiro de 2013, conforme permitiu o Artigo 53 da Lei 10.406 de 10/01/2002 (Código Civil Brasileiro), com a finalidade de promoção do desenvolvimento da solidariedade entre os municípios. Na época contava com os seguintes membros: Andradina, Valparaíso, Bento de Abreu, Lavínia, Mirandópolis, Guaraçai, Murutinga do Sul, Castilho, Nova Independência, Itapura, Pereira Barreto, Ilha Solteira, Suzanópolis, Sud Mennucci, Rubiácea: e Guararapes e atualmente com 21 municípios (figura 2), acrescentando à lista citada: Auriflama, Monte Castelo, Nova Luzitânia, Santo Antônio do Aracanguá e Tupi Paulista.

Figura 2 - Limites territoriais dos 21 municípios pertencentes à AMENSP – Associação dos Municípios do Extremo Noroeste do Estado de São Paulo.



Fonte: AMENSP 2021

2.3.1 Consórcio Intermunicipal do Extremo Noroeste do Estado de São Paulo

O Consórcio Intermunicipal do Extremo Noroeste do Estado de São Paulo segundo Portal Folha Regional (2015), foi criado pela AMENSP (Associação dos Municípios do Extremo Noroeste do Estado de São Paulo), com a finalidade de dar manutenção no setor de iluminação pública dos 16 municípios pertencentes à mesma na época, sendo eles: Andradina, Bento de Abreu, Castilho, Guaraçaí, Guararapes, Ilha Solteira, Itapura, Lavínia, Mirandópolis, Murutinga do Sul, Pereira Barreto, Rubiácea, Sud Menucci, Suzanápolis, Valparaíso e Nova Independência.

A iniciativa da AMENSP se deu em função da necessidade de legalização da administração da iluminação pública destes municípios preconizado pela Constituição Federal no artigo 149-A que autorizou as Prefeituras Municipais a instituírem a cobrança da COSIP (Contribuição para custeio da iluminação pública), pois a partir 31 de dezembro de 2014 a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) e concessionárias responsáveis pelo serviço de iluminação pública não teriam mais responsabilidades pela prestação de serviço, cabendo aos Municípios assumirem essa responsabilidade. A AMENSP na área da saúde, já contava com a experiência do CONSAÚDE (Consórcio Intermunicipal de Saúde) que atuava especificamente na área de saúde destes municípios.

A Tabela 2 apresenta a relação de unidades de produção agropecuária (UPA's) nos 21 municípios que compõem a região da AMENSP / CIENSP, comparando-se os 2 Censos Agropecuários realizados em 2007/08 e 2016/17, pela Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo através da CATI. Observa-se o aumento do número de UPA's (Unidade de Produção Agropecuária), passando de 11494 UPAS em 2007/08 para 13174 UPA's em 2016/17 com variação de 14,38% para mais. Em relação ao total do Estado de São Paulo, o mesmo levantamento detectou também um aumento, passando de 325 mil UPA's em 2007/08 para 339 mil UPA's em 2016/17 com variação de 4,57% para mais. A proporção de aumento na região composta pela AMENSP / CIENSP foi de 14,38 %, maior do que a variação em nível Estadual principalmente no número de agricultores familiares ratificado pela Tabela 1 (pág 24).

Tabela 2 - Dados referentes à evolução das Unidades de Produção Agropecuária (LUPA 2007/8 comparando-se com 2016/17) e das Declarações de Aptidão ao PRONAF (DAP – dados atuais), nos municípios que formam a AMENSP (SP).

Ordem	Município	Nº de DAP's	LUPA 2007/8	LUPA 2016/7	Variação (%)
01	Andradina	471	1293	1377	+ 6,49
02	Auriflama	238	583	572	- 1,88
03	Bento de Abru	12	117	128	+ 9,40
04	Castilho	1162	1057	1521	+43,89
05	Guaraçai	425	655	744	+13,58
06	Guararapes	246	767	853	+11,21
07	Ilha Solteira	394	483	479	- 0,82
08	Itapura	270	153	311	+103,26
09	Lavínia	101	449	525	+16,92
10	Mirandópolis	680	1108	1469	+32,58
11	Monte Castelo	116	466	327	-29,82
12	Murutinga do Sul	310	624	628	+0,64
13	Nova Luzitânia	58	169	186	+10,05
14	Nova Independência	79	244	250	+2,45
15	Pereira Barreto	501	575	765	+33,04
16	Rubiácea	34	209	232	+11,00
17	S. Antônio do Aracanguá	102	551	639	+15,97
18	Sud Mennucci	97	322	420	+30,43
19	Suzanápolis	210	403	427	+5,95
20	Tupi Paulista	312	925	929	+0,43
21	Valparaíso	98	341	365	+7,03
Total	Municípios AMENSP	5916	11494	13147	+14,38

Fonte: LUPA.IEA, 2007/2008 e 2016/2017

3 METODOLOGIA

A metodologia incluiu revisão bibliográfica, o levantamento de dados secundários do LUPA (Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária) da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística); pesquisa documental como as Atas das reuniões e outros materiais de eventos organizados pelo CODETER Prof. Cory/Andradina; relatórios e outros documentos elaborados pelo NEDET (Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial) da Unesp de Ilha Solteira (Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita Filho - SP) que atuou do final de 2014 a abril de 2017 e da aplicação de questionários (CHIZZOTTI, 2005), com atores chaves do processo através de perguntas abertas e fechadas.

No caso dos membros do Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER) do Território Professor Cory / Andradina (SP), no total foram obtidas 27 respostas ao questionário, aplicados em fevereiro e março de 2020 (Apêndice 1). O objetivo desse instrumento de pesquisa foi verificar a percepção dos ex-integrantes sobre a sua participação no Colegiado e as ações desenvolvidas no âmbito do referido Território. No roteiro foram abordadas em síntese as seguintes questões: características do entrevistado, com grau de escolaridade e idade; forma que tomou conhecimento dos trabalhos do CODETER indicando sua vinculação em termos de representação; período de participação; informações atuais sobre os trabalhos desenvolvidos no Território e seu grau de importância e por fim, resposta sobre uma possível retomada das ações territoriais com retorno da participação dos entrevistados. A análise dos resultados foi qualitativa no que diz respeito a respostas dissertativas além da apresentação de alguns dados quantitativos.

Também foram aplicados três questionários específicos, sendo que um respondido por um membro da equipe de inspeção, outro pelos 21 articuladores municipais ou representantes municipais (pessoas que tinham o papel de contatos para mediar as demandas municipais e ações da equipe de inspeção regional) dos municípios abrangidos pelo CIENSP e o terceiro questionário foi dirigido aos 12 produtores rurais e/ou empreendedores beneficiados com a equipe de inspeção até o momento da pesquisa (entre novembro e dezembro de 2021) totalizando 34 questionários respondidos (Apêndices 2, 3 e 4). O objetivo desses instrumentos de pesquisa foi verificar a percepção dos diferentes segmentos envolvidos nas atividades resultantes da implantação do Serviço de Inspeção por meio de uma equipe de atuação regional, comparando-se com as ações desenvolvidas no âmbito do referido Território e sua influência junto à AMENSP.

Nos questionários ligados aos atores sociais ligados ao processo de inspeção, foram abordadas em síntese as seguintes questões: características do entrevistado, com grau de escolaridade e idade, qual (is) atividade(s) desenvolvida(s), grau de responsabilidade, forma que tomou conhecimento dos trabalhos da equipe de inspeção, informações atuais sobre os trabalhos desenvolvidos com observações diversas. A análise dos resultados foi qualitativa (descritiva) no que diz respeito às respostas dissertativas, além da apresentação de alguns dados quantitativos com uso da porcentagem quando o universo pesquisado permitiu. Algumas características dos Articuladores / Representantes foram analisadas no âmbito dos municípios que compõem o Território Prof. Cory/Andradina e nos 21 municípios que compõem a AMENSP / CIENSP.

Todos os questionários foram enviados por e-mail e/ou por aplicativo de uma rede social (WhatsApp) e em alguns casos, reforçado incentivo para respondê-lo por meio de contato telefônico e também pelo próprio aplicativo. Também foram realizadas visitas a dois municípios para conversar pessoalmente com o produtor. No caso dos produtores / empreendedores foram realizados contatos prévios com pessoas nos municípios, visando intermediar contato e facilitar a aceitação por parte do produtor atendido em participar da pesquisa.

Cabem alguns comentários sobre o esforço para conseguir os contatos e a aceitação dos atores sociais em participar da pesquisa. Um motivo que contribuiu para não se conseguir a identificação de 2 empreendimentos, foi o fato de serem de um mesmo município em que houve uma mudança praticamente total na administração pública após 12 anos de um determinado grupo político. Para conseguir a resposta do articulador / responsável local, foram feitas várias tentativas inclusive contato no gabinete do Prefeito para me identificar e assim acredito ter tido êxito na obtenção da resposta pelo articulador / responsável local. A resposta foi a última dos 21 municípios da AMENSP / CIENSP e identificou-se que o mesmo, segundo informações no questionário citado no apêndice 3, não tem como prioridade a área de extensão rural como linha principal de trabalho. Outro fato que considero importante em não ter conseguido essa identificação de 2 empreendimentos citados neste município, é que os antigos envolvidos da administração pública anterior que poderiam ter contribuído nesta identificação, não o fizeram, até mesmo não responderam solicitação feita via whatsapp e telefônica, incluindo recado, por se tratarem de envolvidos conhecidos.

Ressalta-se que não faltaram esforços para obter êxito na identificação e contato com os empreendimentos citados. A obtenção das 12 repostas deveu-se ao “persistente” esforço do pesquisador, por meio de vários contatos com os extensionistas e Articuladores/

Representantes, incluindo o responsável pela equipe de inspeção e até mesmo em alguns casos e também no caso dos responsáveis pelos empreendimentos para que respondessem, sendo que foi feita a visita em 2 municípios para obter a resposta relativa a 4 empreendimentos por meio do contato pessoal.

A falta de resposta de quatro empreendedores também pode ser atribuída a outros motivos, como o fato de que ser atividade passível de fiscalização, ao contato principal via telefone e whatsapp, devido aos cuidados com a Pandemia do Covid 19 e também o próprio cuidado observado que o responsável pela equipe de inspeção teve ao informar apenas nomes dos empreendimentos e municípios.

Outro fato a ser considerado é que no primeiro contato realizado, ficou a impressão que boa parte dos pesquisados solicitava um tempo para responder, dando a entender que iriam tomar o cuidado de consultar alguém a nosso respeito, o que é perfeitamente compreensível dado o assunto em questão. Posteriormente, os atendimentos futuros passavam a ser mais amistosos chegando ao ponto de se colher relatos sobre alguns trabalhos realizados com permissão de citação de frases na Tese e convites para visitas aos empreendimentos.

4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 - Revisão e Análise de Documentação do Território Professor Cory/Andradina

A análise de documento avulso dos arquivos estudados aponta que a primeira reunião para instalação da comissão (CIAT) ocorreu em abril no ano de 2005, em Andradina, com assuntos diversos, como a contratação do articulador regional e elaboração dos projetos do PRONAF infraestrutura, além da apresentação do estudo propositivo. Houve pouca participação dos órgãos públicos principalmente das Prefeituras Municipais e maior presença dos órgãos relacionados à Assistência Técnica, dentre esses a CATI, ITESP e o INCRA. Entidades não governamentais também participaram como a COAPAR (Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados e Pequenos Produtores da Região Noroeste do Estado de São Paulo), Sindicatos rurais (SERAESP), FAF/SINTRAF (Federação da Agricultura Familiar), MST através de sua Cooperativa Central (CCA), ECONG (ONG ambientalista do município de Castilho), FETAESP, Sindicato Rural de Mirandópolis e UNESP, Campus de Ilha Solteira (SP).

Brasil (2010), relatório elaborado por Ariane Favareto, pode ser considerada como primeira referência em ordem cronológica sobre documentação do Território de Andradina. Em seus estudos refere-se ao fato de que o Território já havia sido homologado em 28/07/2004 e a partir de então em 2006 com atualização em 2007, foi elaborado seu primeiro Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS). Nesta época a CIAT contava com 37 representantes divididos entre Sociedade Civil e Órgãos Públicos a saber:

- Sociedade Civil: Coapar (Cooperativa de Produção, Industrialização e Comercialização Agropecuária dos Assentados e Agricultores Familiares da Região Noroeste do Estado de São Paulo), Cooperativa de Assessoria Técnica e Extensão Rural – Coater, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Instituto de Empoderamento Social – IES, Central das Associações de Castilho – COCAM, Associação Novo Tempo – P.A Timboré, Associação Nova Conquista, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Andradina, Associação dos Produtores Rurais União da Vitória, Organização Regional de Mulheres Assentadas da Região de Andradina, Associação dos Produtores de Leite Santa Luzia – Apleslu, Sindicato da Agricultura Familiar de Andradina – Sintraf, Associação Agro Progresso do Assentamento Roseli Nunes, Movimento de Valorização da Mulher, Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Andradina e Castilho (ligado à FAF), Sindicato dos Empregados Rurais (ligado a Feraesp), Sindicato de Trabalhadores Rurais de Mirandópolis e Lavínia (ligado a Fetaesp), Econg - ONG ambientalista, Agência Visão – empresa de jornalismo e

Marketing, Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira (APAPCVIS), e Cooperativa de Produtores do Assentamento Orlando Molina (COPLAM);

- Órgãos públicos: Universidade Estadual Júlio de Mesquita filho – UNESP de Ilha Solteira – SP, Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), Instituto de Zootecnia (atualmente APTA), Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (órgão de ATER do Estado), Escola Técnica Estadual do Instituto Paula Souza de Andradina “Sebastiana Augusta de Moraes”, Prefeituras Municipais de Andradina, Bento de Abreu, Castilho, Guaraçaí, Ilha Solteira, Mirandópolis, Murutinga do Sul, Nova Independência, Pereira Barreto, Sud Menucci e Suzanópolis.

Os dois segmentos foram divididos em dois Núcleos, o Dirigente e o Técnico, ficando inicialmente com a Econg de Castilho a responsabilidade de desenvolver os trabalhos da CIAT (coordenação) até o final de 2005 quando foi escolhido o articulador regional ligado à FAF. Mesmo tendo sido considerado frágil devido à baixa participação de vários setores, havia a perspectiva de desenvolvimento a partir de 2006 com a preocupação de implementar os projetos do PROINF aprovados.

Tarsitano (2012) traz importantes informações sobre a contribuição dos recursos do PRONAF Infraestrutura (PROINF), investidos no Território Professor Cory / Andradina. Segundo o autor, entre 2004 a 2011, foram apoiados 19 projetos em 8 municípios com um valor aproximado de 2 milhões de reais sendo estes recursos destinados à aquisição de tanques de resfriamento de leite, adequação de estradas rurais, atividades de educação no campo, computadores, equipamentos para beneficiamento de frutas, caminhões carroceria simples e com tanque de inox (refrigerado) e materiais para projeto de irrigação de pastagens.

Em 2010 foi realizada a atualização do PTDRS com a realização de duas oficinas em 10 e 11 de novembro. Estas oficinas tiveram a participação de 30 pessoas, entre estas, sete estavam representando o poder público e 13 a sociedade civil. A representação entre os municípios que compõem o Território chegou próximo à metade, totalizando cinco representações. De todos os presentes 18 eram homens e 12 eram mulheres.

O evento, além de elaborar o PDTRS, traçou a Missão para o Território, e como visão de futuro, o texto aprovado na Plenária para o Território foi o seguinte:

Território Andradina socialmente justo e forte, economicamente equilibrado e ecologicamente correto com organizações sociais fortalecidas e com qualidade de vida para as pessoas do campo e da cidade, com o abastecimento das cidades com os produtos da reforma agrária e da agricultura familiar, produzidos com uso sustentável dos recursos naturais, advindos de sua produção e de agroindústrias

instaladas, garantindo a permanência no campo das atuais e futuras gerações com dignidade, trabalho, renda e felicidade.

Apesar dessas iniciativas, no entanto, Tarsitano (2012) em sua análise, menciona que de outubro de 2011 a fevereiro de 2012, o Território ficou sem recursos para custear suas atividades, inclusive pagar o Articulador Territorial, sendo que este continuou trabalhando mesmo sem receber.

A atuação do CODETER Prof. Cory / Andradina, voltou a ganhar novo impulso com a constituição do Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial (NEDET) que surgiu a partir da chamada pública CNPQ/MDA/SPM-PR n. 11/2014, com a finalidade de apoiar a gestão do Território Professor Cory / Andradina (MODENESE *et al.*, 2016).

Modenese *et al.* (2016) destacam que entre os importantes trabalhos apoiados pelo NEDET, foram as tratativas de implantação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA). Como marco deste trabalho foi realizado um seminário, em Pereira Barreto, em março de 2015 que contou com expressiva participação de entidades públicas e sociedade civil que puderam debater vários assuntos sobre o tema, formar um Grupo de Trabalho do SUASA e agendar a partir deste uma visita ao Consórcio Público do Território do Vale do Ivinhema (MS). Outro ponto a ser destacado foi o papel que teria a formação um consórcio de municípios.

A reunião, em Pereira Barreto propiciou o agendamento e consequente visita entre os dias 03 e 04/08/2015 aos municípios de Anaurilândia (MS) e Bataguassu (MS) para obter informações sobre a implantação da inspeção. Estas ações foram fundamentais para que o Colegiado procurasse a Associação dos Municípios do Extremo Noroeste Paulista (AMENSP) e assim, obtendo apoio, foi implantado em 2016, por meio do Consórcio Intermunicipal do Extremo Noroeste do estado de São Paulo (CIENSP), a equipe de inspeção Regional para implantação de agroindústrias (COELHO *et al.*, 2017).

4.2 Entrevistas com integrantes do Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Território Professor Cory / Andradina

Os dados apresentados a seguir tiveram como base as respostas dos integrantes do Codeter Prof. Cory / Andradina a um conjunto de questões que formam o Apêndice 1.

Entre os 27 entrevistados, ex-integrantes do Codeter, havia representantes dos 11 municípios do Território Professor Cory / Andradina, tanto o Poder Público quanto a Sociedade Civil, destes, seis mulheres e 21 homens. Em relação à escolaridade somente dois estudaram no máximo até o ensino fundamental, enquanto os demais (25) possuem curso

superior completo. A média de idade constatada foi 48,7 anos. Do total de pesquisados, sete estão ligados à Sociedade Civil organizada, como Cooperativa e Associação de Agricultores, Imprensa, Comunidade Religiosa, MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) e FAF (Federação da Agricultura Familiar) e os demais ao poder público, sendo um da Escola Técnica Agrícola de Andradina, três da UNESP de Ilha Solteira, nove de Prefeituras Municipais, três do ITESP e um da APTA (Agência Paulista de Tecnologia na Agricultura).

A análise das respostas ao questionário permitiu verificar que todos passaram a participar dos trabalhos a partir de indicação ou convite de algum órgão público, sendo citados a SDT/MDA (Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério de Desenvolvimento Agrário), o ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo), a CDRS (Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável, atual CATI), as Prefeituras Municipais, a Coater (Cooperativa de Assistência Técnica e Extensão Rural) e a UNESP de Ilha Solteira. Os motivos de participação mencionados em linhas gerais, são que os assuntos tratados se alinhavam às atividades desenvolvidas pelos integrantes, seja funcionário público, agricultor ou estudante e que estavam voltados para o fortalecimento das comunidades rurais da região.

O período de participação variou entre 1 a 12 anos, ou seja, enquanto sete integrantes se destacaram tendo participado desde a fundação em 2004, até a interrupção das atividades no final de 2016; a maioria citou participações que variaram nesse intervalo de tempo.

Quanto às informações sobre os resultados obtidos pelo Território Professor Cory / Andradina, os integrantes dos municípios que receberam investimentos nos 19 projetos implantados têm alguma informação das atividades, sendo estes os municípios de Andradina, Pereira Barreto, Murutinga do Sul e Castilho. Os integrantes citados referem-se aos órgãos públicos envolvidos no Colegiado, sendo estes do Itesp, da CATI e as Prefeituras Municipais. Quanto aos demais entrevistados, não pertencentes aos poderes públicos, relataram não terem informações sobre a utilização dos recursos e/ou o andamento dos trabalhos. Os representantes de ambos os segmentos, deram as respostas relativas apenas ao seu município, não tendo informações sobre os projetos implantados em nível Territorial.

Foram elencados os pontos fortes e fracos da atuação do Colegiado. Quanto aos pontos fortes, os relatos (utilizando palavras chaves ou frases resumidas das respostas) mencionaram: fortalecimento da atividade agropecuária nos setores de leite e hortaliças, fortalecimento da comercialização; união dos produtores; educação no campo; melhoria das estradas rurais; despertar da consciência dos movimentos civis na busca de seus direitos; organização rural em associações e cooperativas; apoio da sala da agricultura familiar; participação em

atividades de capacitação; a integração entre os órgãos federal, estadual, municipal e a sociedade civil; o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável para projetos de infraestrutura, socioeconômico e ambiental; os debates entre os participantes contribuíram para o fortalecimento das relações sociais dos mesmos; valorização de entidades e pessoas; divulgação de projetos; novas políticas públicas para a agricultura familiar; protagonismo dos agricultores familiares; integração entre os atores da sociedade civil e do poder público; articulação entre as instituições (públicas e privadas) de ensino, pesquisa, ATER e outras.

Sobre os pontos fracos destacados, da mesma forma, nos relatos foram utilizadas palavras chaves ou frases resumidas das respostas, sendo que foram citados: baixa participação dos produtores; falta de apoio do poder público municipal em alguns municípios; dificuldade de comunicação com os prefeitos; dificuldade de adesão de novas organizações; falta de visibilidade da sociedade civil; não conseguir manter os representantes motivados a participar após não conseguirem a aprovação de seus projetos do PROINF; dificuldade de deslocamento para as reuniões de produtores e poder público; dificuldade de entendimento da importância da participação ainda que seus efeitos sejam demorados; poucos recursos financeiros, tanto para projetos quanto para eventos; mudança de governo em 2016; falta de capacitação dos produtores quando implantados os projetos e a falta de definição de responsabilidades de cada entidade/instituição dentro do Colegiado. Em dois questionários chama atenção a menção de que presença de representantes políticos poderia prejudicar o andamento dos trabalhos, pela possibilidade de exercerem política partidária e outro caso, o condicionamento por parte do integrante de somente voltar a participar se não tiver presença de políticos ou pessoas ligadas a algum partido político e também, desde que os projetos tivessem acompanhamento após a implantação.

Um dos questionamentos realizados referiu-se à possibilidade de rearticulação das entidades, com vista à retomada de funcionamento do Colegiado. Foram obtidas 19 respostas que consideraram como necessária a retomada, sete mencionaram que seria possível e apenas um respondeu muito difícil, justificada pela conjuntura atual e baixo incentivo à agricultura familiar. Na mesma linha de raciocínio, a pergunta foi complementada para verificar se o integrante voltaria a participar do Colegiado, e as respostas de 25 entrevistados foram positivas, de que retomariam a participação. Nos dois casos negativos, o motivo foi o fato de estarem morando, atualmente, em outras regiões.

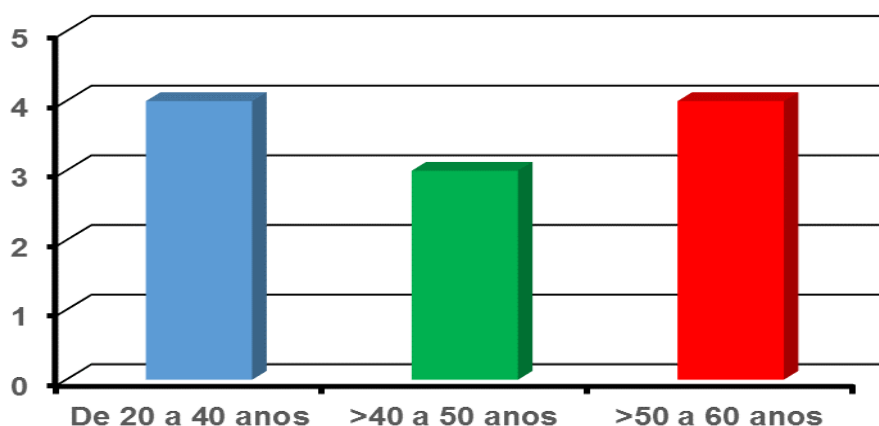
4.3 Pesquisa com os Articuladores/Representantes municipais de apoio às ações de implantação do serviço de inspeção no Território Prof. Cory/Andradina

Conforme mencionado na metodologia foram aplicados três diferentes questionários, nos itens 4.3.1 e 4.3.2 são apresentadas e discutidas as respostas dos articuladores ou representantes dos 11 municípios que compõem o Território Professor Cory/Andradina, cujas perguntas compõem o Apêndice 3.

4.3.1 Características e funções dos articuladores ou representantes dos municípios do Território Professor Cory/Andradina

Em termos de faixa etária, foi constatado que 4 Articuladores/Representantes têm entre 20 e 40 anos, 3 entre 40 e 50 anos e 4 apresentam idade entre 50 e 60 anos (Figura 3).

Figura 3 - Idade dos Articuladores / Representantes dos 11 municípios do Território Professor Cory / Andradina.



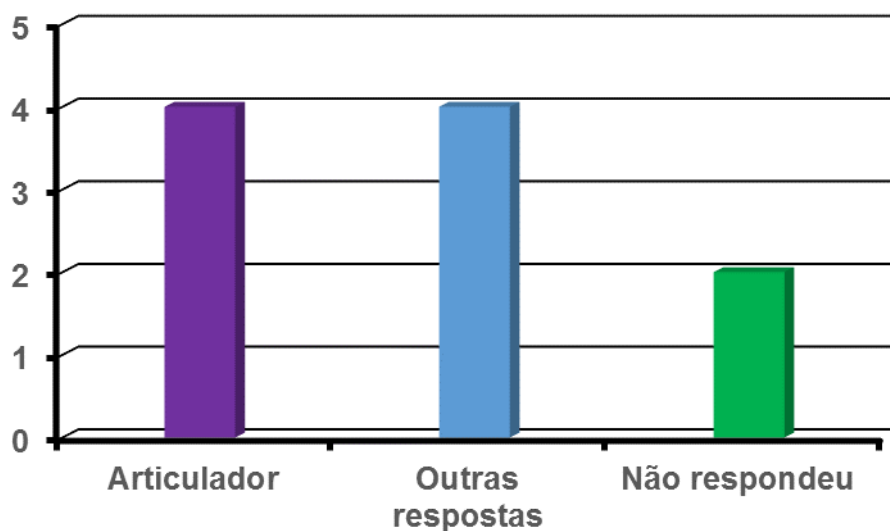
Fonte: Próprio autor, 2021.

Os dados levantados nos questionários mostram que todos os Articuladores/Representantes nos 11 municípios do Território Professor Cory / Andradina, têm nível superior completo, sendo que 1 destes cursou pós-graduação. Se considerarmos que estes têm mais informações, devido ao fato de terem cursado nível superior, a chance de valorizarem o Serviço de Inspeção torna-se maior, possibilitando, em tese, melhores resultados.

Em relação à função que exercem em termos de apoio às atividades desenvolvidas pela equipe de inspeção do SIM/SUASA (Figura 4), dentre os 11 municípios do Território Professor Cory/Andradina, 05 pesquisados responderam ser “Articulador”, enquanto os demais identificaram outras funções (4) ou não responderam o quesito (2). Os destaques nas

respostas foram não haver interesse no município até mesmo exercerem funções distintas à nossa pesquisa.

Figura 4 - Atividades desenvolvidas em apoio à equipe de inspeção do SIM/SUASA no Território Professor Cory/Andradina.



Fonte: Próprio autor, 2021.

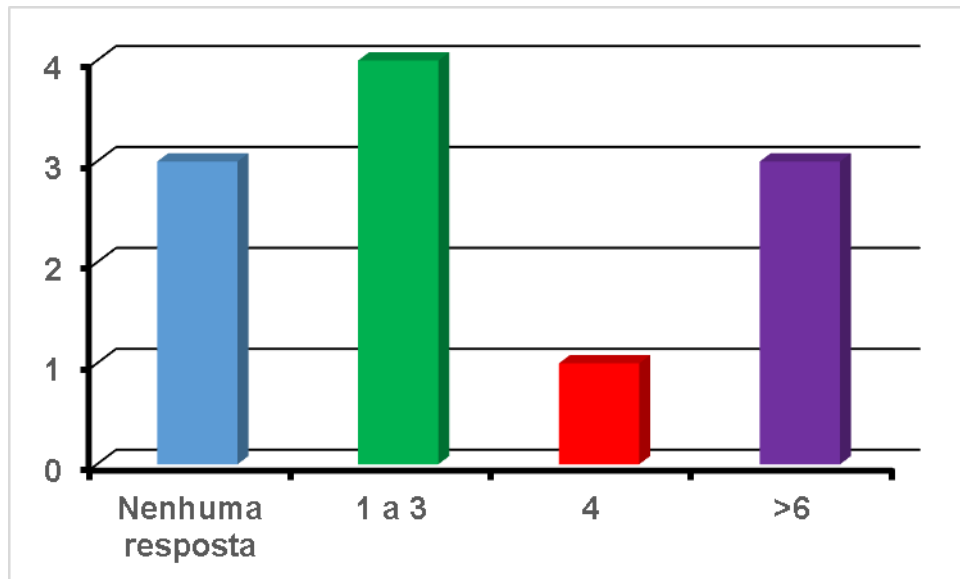
Ao se relacionar o quadro acima com a Figura 3, nota-se a presença de pessoas mais novas à frente deste trabalho. O fator experiência de tempo de serviço junto aos produtores rurais associado a outros fatores pode ter influenciado em não terem sido identificados como Articuladores. Como exemplo de outros fatores, as mudanças de governos municipais entre 2016 até os dias atuais, com 3 eleições no período e consequentemente a descontinuidade administrativa ocorrida nos municípios, pode ter influenciado na implantação do serviço de inspeção.

4.3.2 Caracterização da demanda e das atividades realizadas pelos articuladores ou representantes dos municípios do Território Professor Cory/Andradina

Em relação ao número de agricultores ou outros empreendedores que solicitaram informações visando implantação ou formalização de um negócio, houve variações nas respostas (Figura 5). Em 4 municípios a procura variou entre 1 e 3 produtores, em 1 município a demanda foi 4 produtores, enquanto em 3 municípios mais de 6 produtores manifestaram interesse na implantação de algum empreendimento (em 2 destes foram cerca

de 20 produtores). Três Articuladores/Representantes que não responderam (aparentemente não foram procurados).

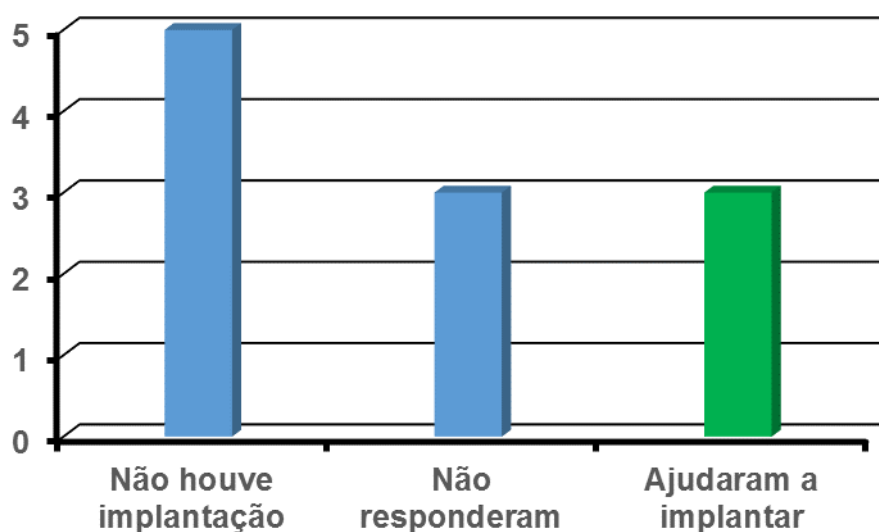
Figura 5 – Número de agricultores/empreendedores que procuraram informações a respeito da implantação de SIM / SUASA no Território Professor Cory/Andradina.



Fonte: Próprio autor, 2021.

Quanto aos empreendimentos que ajudaram a implantar e estão funcionando, os articuladores ou representantes relataram: contribuição na implantação de 1 Associação de Leite Pasteurizado; participação na implantação de 1 granja; conquista de 1 selo de uma charutaria artesanal e 1 mencionou que todos os projetos de regularização do Serviço de Inspeção encontram-se parados. Quatro Articuladores/Representantes responderam a não ocorreu nenhuma implantação (um deles comentou que apenas teve 1 consulta). Três pesquisados não responderam essa questão (Figura 6).

Figura 6 – Número de empreendimentos ligados ao SIM/SUASA que os articuladores ou representantes municipais ajudaram a implantar, no Território Professor Cory/Andradina.



Fonte: Próprio autor, 2021.

Dentre os empreendimentos iniciados e que interromperam as atividades, os Articuladores e Representantes do Território Professor Cory/Andradina de três municípios relataram as seguintes situações: em 1 município o empreendedor interrompeu o abate de frangos; em outro município 3 produtores que iniciaram, mas interromperam as atividades de derivados de leite, carne bovina e queijo artesanal; e, por último, 1 produtor parou com a atividade rural. Em 6 municípios não teve nenhum caso, pois nem chegou a ocorrer implantação de empreendimento. Dois pesquisados deixaram de responder esse quesito.

Quanto aos empreendimentos que os articuladores ou representantes estão ajudando a implantação, em 1 dos municípios o auxílio na implantação realizado em 2 estabelecimentos para embutidos, em outro município o articulador/representante está ajudando a instalação de 1 abatedouro de ovinos e suínos; em um terceiro município a colaboração visa a regularização da produção de queijo e em um quarto município, o atendimento está sendo em 3 empreendimentos, nos setores de carne, leite e queijo natural. Em 5 municípios não está sendo feito nenhum auxílio na implantação de agroindústria (Tabela 3). Em 2 questionários não houve resposta.

Tabela 3 - Tipos de empreendimento que está recebendo ajuda na implantação por parte dos articuladores/representantes do SIM/SUASA, no Território Professor Cory/Andradina.

Munic./Quest.	Tipos de empreendimento que está recebendo ajuda na implantação
01 – Andradina	produção de embutidos 2 estabelecimentos.
05 – Guaraçai	Zero
07 – Ilha Solteira	abatedouro de ovinos/suínos
08 – Itapura	Nenhum
10 - Mirandópolis	Nenhuma
12 – Murutinga do Sul	Nenhum
15 – Pereira Barreto	ajudamos nas informações e acompanhamentos das necessidades para implantação de queijaria
18 – Sud Menucci	processo de carnes, processamento de leite e produção de queijo artesanal
19 - Suzanópolis	nenhum no momento

Fonte: Próprio autor, 2021.

Em relação ao acompanhamento por parte dos Articuladores/Representantes dos municípios, após a implantação do serviço de inspeção nos empreendimentos, na Tabela 4 observa-se que de 08 dos 11 municípios do Território Professor Cory/Andradina em que o entrevistado respondeu essa pergunta, em 4 não há acompanhamento, 2 declararam acompanhar e também em 2 o acompanhamento é realizado apenas quando solicitado.

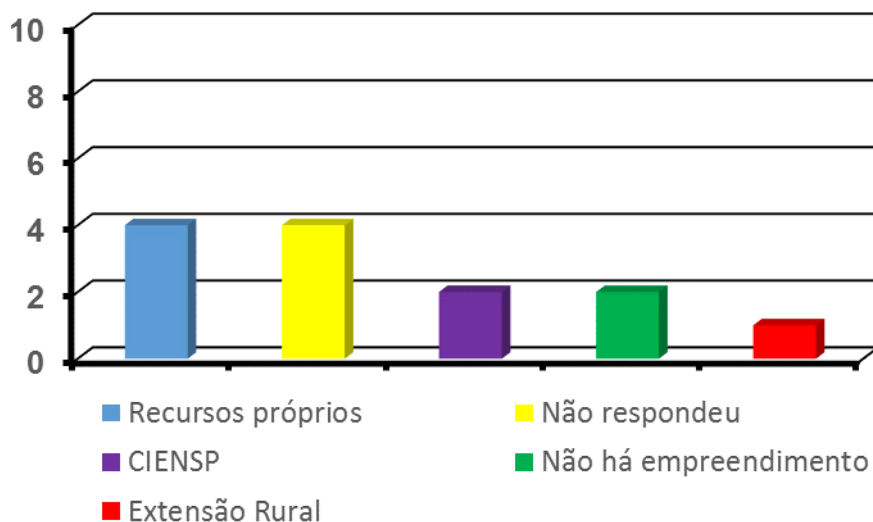
Tabela 4 - Resposta dos Articuladores ou Representantes dos municípios quanto ao acompanhamento dos trabalhos junto aos empreendimentos após a implantação do Serviço de Inspeção, no Território Professor Cory/Andradina (SP).

Mun./Quest	Após a implantação você tem acompanhado os empreendimentos?
01 – Andradina	Sim
05 – Guaraçaí	Sim
07 – Ilha Solteira	Não
08 – Itapura	Somente quando há demanda
10 - Mirandópolis	Não
12 – Murutinga do Sul	Não
15 – Pereira Barreto	Somente quando há demanda
18 – Sud Menucci	Não

Fonte: Próprio autor, 2021.

Procurou-se averiguar se o pesquisado tinha informações se os agricultores contaram com apoio de recursos financeiros ou de outros tipos para implantar os empreendimentos. Nos 11 municípios levantados, 04 articuladores / representantes mencionaram que os agricultores/empreendedores utilizaram de recursos próprios para implantação do negócio, sendo que também foram citados o apoio do próprio CIENSP e da Casa da Agricultura local. Dois articuladores/representantes relataram não haver empreendimento no município e 4 não responderam (também pelo mesmo motivo ou não terem informação a respeito), como se observa na Figura 7.

Figura 7 – Tipo de apoio ou recurso utilizado para implantação dos empreendimentos, de acordo com o conhecimento dos articuladores ou representantes, no Território Prof. Cory/Andradina (SP).



Fonte: Próprio autor, 2021.

Também se buscou saber qual a avaliação do pesquisado sobre as dificuldades que os empreendimentos têm para serem instalados de acordo com as normas do SIM/SUASA. Diversas respostas foram apresentadas nos questionários dos articuladores / representantes de 9 municípios (dois não responderam). Dentre os problemas apontados sobressaíram-se aqueles ligados à dificuldade financeira e/ou de acesso ao crédito (descapitalização, acesso a linhas de crédito e crise financeira atual) que foram citados em 7 das 9 respostas obtidas. Outras sugestões foram dificuldades relativas ao licenciamento ambiental, projetos de engenharia requisitados, falta de programação por parte do produtor, excesso de burocracia, dificuldade de legalização de documentos diversos e adequação às normas como um todo.

Quanto às dificuldades ou se há algum aspecto que pode ser melhorado em relação ao trabalho realizado pela equipe de inspeção surgiu apenas uma sugestão, em que o articulador / representante sugere que haja “fiscalização e orientação mais abrangente”. Dois entrevistados não responderam essa pergunta.

Ao ser proposto que o representante se manifestasse sobre o que a prefeitura ou outro órgão público poderia fazer para ajudar a viabilizar a regularização de um maior número de empreendimentos pelo SIM/SUASA, 9 pesquisados comentaram ou fizeram sugestões (Tabela 5). Três articuladores / representantes consideraram que a prefeitura de seu município já está fazendo tudo o que é necessário. Os demais (6) mencionaram aspectos diversos, sendo que o aumento da fiscalização, a necessidade de capacitação (de técnicos e produtores) e

recursos foi citada, cada um, por dois Articuladores/Representantes. Outros aspectos mencionados estão a adequação da infra-estrutura e a maior facilidade de documentação.

Tabela 5 – Sugestões dos articuladores / representantes sobre o que a prefeitura ou outro órgão público pode fazer para ajudar a viabilizar a regularização de um maior número de empreendimentos pelo SIM/SUASA, no Território Prof. Cory/Andradina.

Munic/Quest	Em sua opinião, o que a prefeitura ou outro órgão público pode fazer para ajudar a viabilizar a regularização de um maior número de empreendimentos pelo SIM/SUASA?
01 – Andradina	A Prefeitura Municipal já vem fazendo divulgação do serviço e está em contato com o CIENSP, onde são realizadas visitas técnicas com produtores em outros empreendimentos em funcionamento. Previsão de expandir esse trabalho em 2022.
05 – Guaraçai	A Prefeitura Municipal vem fazendo sua parte na divulgação levando produtor em outros estabelecimentos em funcionamento.
07 – Ilha Solteira	No caso da Prefeitura Municipal de Nosso Município já se faz muito neste sentido, inclusive o Prefeito é o atual presidente do Consórcio apoiando seu bom funcionamento
08 – Itapura	Apoiar no fornecimento de local e infraestrutura necessários para implantação das atividades a serem desenvolvidas.
10 – Mirandópolis	Disponibilizar funcionários para a fiscalização, capacitar os técnicos responsáveis.
12 – Murutinga do Sul	Facilitação na documentação
15 – Pereira Barreto	A viabilização na regularização acredito que a participação no consórcio público existente já tem sido uma ajuda de grande valia. Acredito que a necessidade atual é a viabilização de recursos para adequar as estruturas de acordo com as exigências da vigilância sanitária.
18 – Sud Menucci	Aumentar a fiscalização dos produtos de origem animal que são comercializados no município e incentivar a regularização.
19 – Suzanápolis	Capacitação e treinamento de produtores e técnicos

Fonte: Próprio autor, 2021.

No questionário para os articuladores / representantes também havia um item “observações”, em que cada entrevistado de forma livre, pôde emitir sua opinião sobre a implantação do Serviço de Inspeção ou até mesmo complementar a resposta compilada na

Tabela 5. Dos 11 entrevistados, apenas 3 fizeram uso desse espaço, conforme pode ser visto na Tabela 6 a seguir. As respostas abordaram a questão de que a atuação do SIM/SUASA, seja elogiando o trabalho, seja apontando que deve ser exclusivamente técnica, sem interferência política (como acredita ser o caso naquele momento); e um dos pesquisados considerou que não havia empreendimentos que deveriam ser regularizados no município em que atua.

Tabela 6 – Observações dos Articuladores/Representantes do Território Prof. Cory/Andradina.

Mun./Quest.	Observações
07 – Ilha Solteira	Na minha opinião o funcionamento dos órgãos de inspeção SIM/SUASA precisam ser 100% técnico e 0% político, exatamente como vem acontecendo e os produtores têm que ter total comprometimento com isso e uma visão empresarial de crescimento econômico, exigindo total rigor no serviço de inspeção e fiscalização de produtos que estejam fora da legislação.
14 – Nova Independência	O Município que eu trabalho não possui empreendimento que precisem do SIM/SUASA. A cadeia que predomina é a do leite, sendo entregue direto no laticínio.
17 – Santo Antônio do Aracanguá	Na visão deste órgão, como num contexto geral, é um trabalho muito bom de ser realizado, onde há de vir trazer recursos, informações a quem precisa, desse modo, gera renda, aquecendo a economia e também produzindo melhoras na qualidade de vida.

Fonte: Próprio autor, 2021.

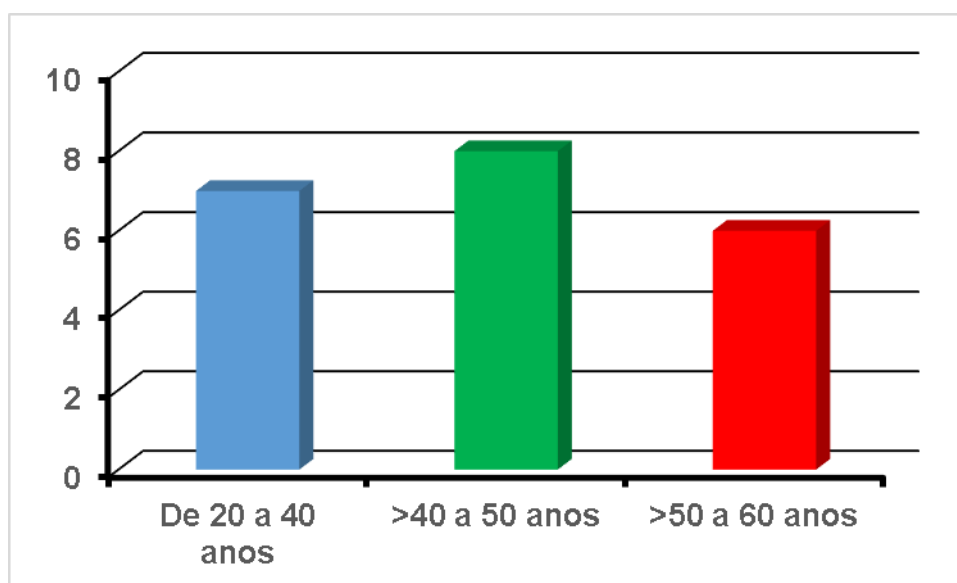
4.4 - Pesquisa com os articuladores / representantes municipais de apoio às ações de implantação do serviço de inspeção na área de abrangência da AMENSP

Neste item serão apresentadas e discutidas as respostas dos articuladores ou representantes de todos os 21 municípios que compõem a AMENSP/CIENSP (Apêndice 3). Os dados serão expostos na forma de tabelas ou de forma dissertativa conforme seja mais adequado. Também será feita em alguns casos a comparação destes dados totais, com os resultados obtidos com os articuladores / representantes do Território Prof. Cory/Andradina e outros trabalhos que tratam da mesma temática.

4.4.1 Características e funções dos articuladores ou representantes dos 21 municípios abrangidos pelo CIENSP.

Quanto à idade dos 21 articuladores / representantes municipais, a pesquisa detectou haver uma variação entre 27 e 58 anos, sendo que a idade média é de 45,3 anos. Sete destes têm entre 20 e 40 anos, 8 entre 40 e 50 anos e 6 destes entre 50 e 60 anos (Figura 8). Considerando-se apenas os articuladores / representantes do Território Professor Cory / Andradina, a variação de idade foi de 30 e 57 anos, a idade média do grupo foi de 44,3 anos e com distribuição similar ao grupo total entre as faixas etárias (como visto na Figura 1).

Figura 8 – Faixa etária dos Articuladores/Representantes dos 21 municípios abrangidos pelo CIENSP.



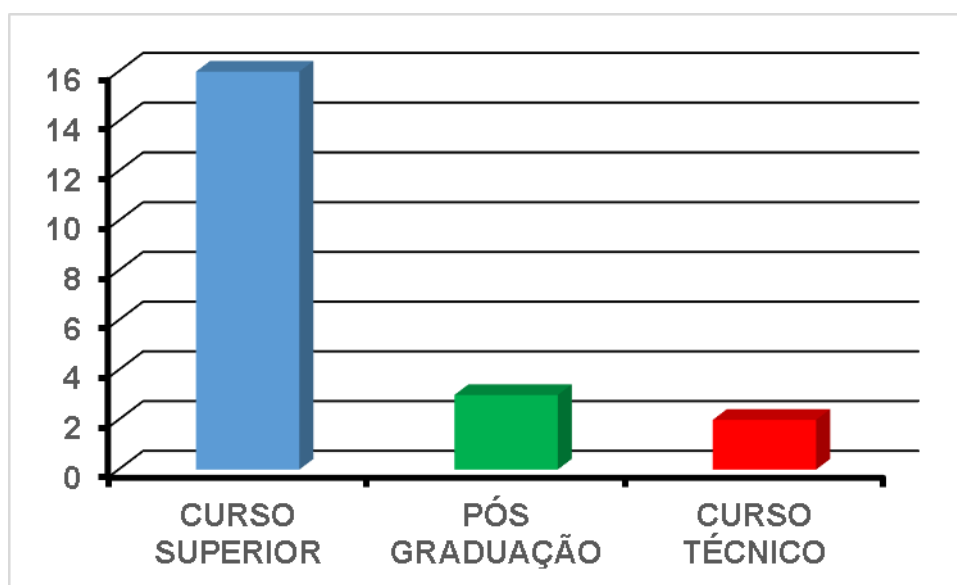
Fonte: Próprio autor, 2021.

Em relação à formação escolar, dentre os 21 articuladores / representantes, 2 informaram que possuem curso técnico e 19 nível superior completo, sendo que 3 destes fizeram pós-graduação. No caso dos articuladores / representantes nos 11 municípios do Território Professor Cory / Andradina, todos 11 têm nível superior completo, sendo que 1 destes cursou pós graduação (Figura 9). A análise dos dados nos permite concluir que perfil etário e de escolaridade dos dois grupos é semelhante.

Ainda quanto ao grau de escolaridade, Perufo et al. (2018) ao analisar os resultados de escolaridade dos envolvidos na administração de Agroindústrias em Lageado, no Rio Grande do Sul, detectaram que 55% dos responsáveis por esses estabelecimentos não concluíram o ensino fundamental. Os autores consideram que este fator de baixa escolaridade juntamente

com outras variáveis, pode ter interferência na agregação de conhecimentos. Assim, nossa avaliação se fortalece que representantes de nível técnico à frente do trabalho possam interferir nos resultados de forma negativa, pois a interpretação das questões burocráticas que essas pessoas vivenciam ou estarão sujeitas a enfrentar no decorrer do dia a dia, depende do grau de escolaridade de seus responsáveis e os articuladores / representantes são parceiros importantes destes estabelecimentos.

Figura 9 - Escolaridade dos Articuladores/Representantes dos 21 municípios abrangidos pelo CIENSP.



Fonte: Próprio autor, 2021.

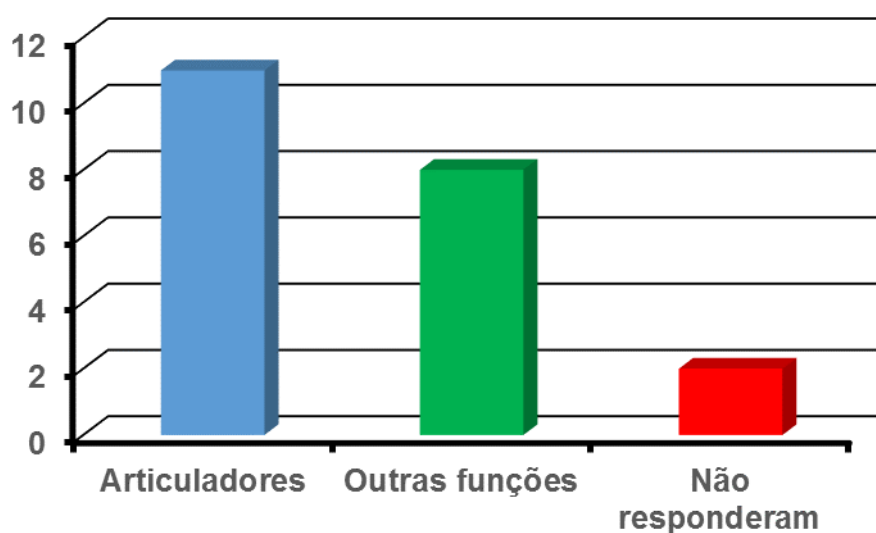
4.4.2 Caracterização da demanda e das atividades realizadas pelos articuladores ou representantes dos 21 municípios abrangidos pelo CIENSP.

Em relação à representação efetiva como articulador / representante da AMENSP/CIENSP, dentre os 21 entrevistados, 10 (47,6%) se identificaram como tal, 2 não responderam e os demais (9) declararam outras funções (Figura 10). Dentre os 11 municípios do Território Professor Cory / Andradina foram 5 (45,4%) que responderam serem articuladores. As explicações, daqueles que não se reconhecem como articuladores, foram não haver interesse no município e até mesmo exercerem funções distintas à nossa pesquisa, nas áreas de meio ambiente, vigilância epidemiológica, serviço de máquinas agrícolas, dentre outros, tanto no Território como na região da AMENSP / CIENSP.

Diversos autores, como Ritter (2015), pesquisando a implantação do Serviço de Inspeção em Santa Rosa (RS) destaca a importância do município a partir da descentralização

do poder público preconizado pela Constituição de 1988, que delegou mais poderes às instâncias locais. Gomes (2017), pesquisando a situação das agroindústrias no município de Cachoeira do Sul (RS) e região dentre diversas conclusões, destaca que o distanciamento entre o poder público e os produtores rurais como um importante entrave no processo de regularização dos empreendimentos. Ainda nesta linha de raciocínio, Ruiz *et al.* (2002) afirmam que, dentre diversas sugestões para melhorar a implantação de agroindústrias na região de Londrina (PR), a proximidade com os órgãos locais municipais é fundamental como apoio e garantia de comercialização inicial e principal de empreendedores das agroindústrias.

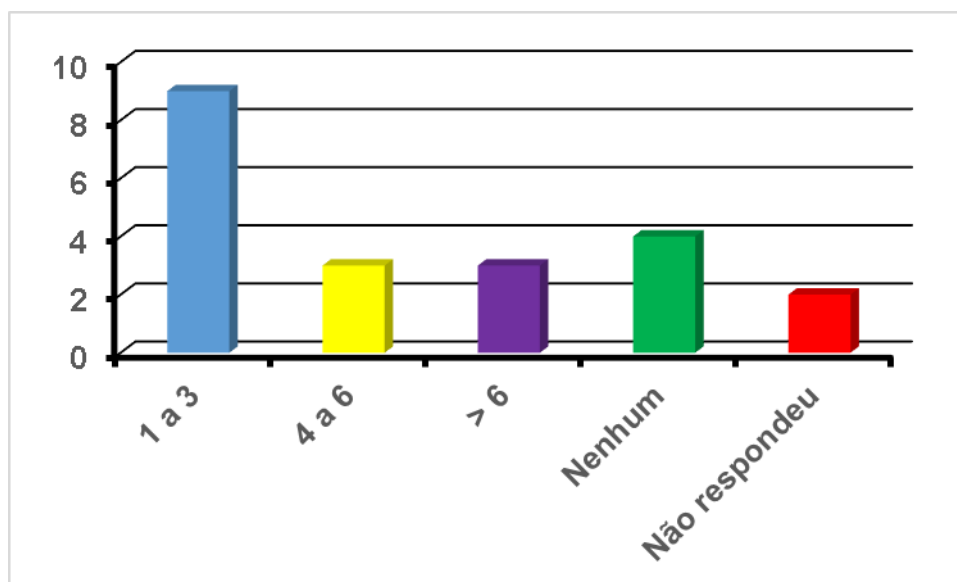
Figura 10 – Distribuição dos articuladores / representantes municipais quanto ao reconhecimento de sua função de apoio à equipe de inspeção do SIM / SUASA, nos municípios abrangidos pelo CIENSP.



Fonte: Próprio autor, 2021.

Em relação ao número produtores / empreendedores que procuraram o serviço de inspeção, 19 articuladores / representantes responderam essa questão. Em quatro municípios abrangidos pelo CIENSP nenhum produtor / empreendedor buscou informações sobre o SIM/SUASA (Figura 11). No total 79 pessoas interessadas procuraram o serviço de inspeção, sendo identificadas 76 como produtores rurais e 3, como empreendedores.

Figura 11 – Distribuição do número de agricultores ou outros empreendedores que solicitaram informações, visando implantação ou formalização do negócio, nos municípios abrangidos pelo CIENSP.



Fonte: Próprio autor, 2021.

No Território Professor Cory/Andradina o total de produtores que procuraram informações sobre o Serviço de Inspeção foram 57, portanto representam 75% total, portanto os demais 10 municípios acumularam apenas 25% da demanda total. Esses números proporcionalmente 3 vezes maior no Território em relação aos demais pode ser avaliado sob vários aspectos, como o ingresso mais recente de alguns destes 10 municípios na AMENSP / CIENSP; a falta de articulador / representante efetivo; o fato de haver predominância muito acentuada da produção de cana-de-açúcar em alguns municípios, enquanto em outros, com maior presença de agricultores familiares, estão mais voltados para a produção de alimentos (ver a distribuição do número de unidades de produção agropecuária e agricultores familiares, destacados nas Tabelas 1 e 2) e possivelmente, a atuação anterior do CODETER do Território Professor Cory/Andradina que estimulou a criação do SIM em vários municípios, o que resultou em maior demanda pelo Serviço de Inspeção nesses municípios.

Este tipo de influência sobre a procura pelo Serviço de Inspeção é também relatado por vários autores. Ritter (2015) vincula o aumento da procura de interessados pelo Serviço de Inspeção em Santa Rosa (RS) após a implantação do SIM. Niederle e Wesz Junior (2009), que estudaram a região das Missões também no Rio Grande do Sul ao analisarem 143 agroindústrias em 9 municípios, citam o fato de uma delas ter aderido ao SUASA e tal fato ter sido possível, devido à implantação do SIM, premissa para a efetivação do SUASA. Gomes

(2017), estudando a implantação de agroindústria em Cachoeira do Sul (RS) destaca que os produtores rurais interessados na implantação do Serviço de Inspeção, ficam às vezes sem atendimento público para resolver a certificação, indo de um órgão para outro sem saber a forma correta de regulamentar o serviço, portanto a falta desse trabalho de apoio e acompanhamento, além do próprio incentivo, fica evidente nas dificuldades dos interessados. Nossa afirmação é pertinente, pois quanto mais um assunto se torna objeto de debate, a chance de maior procura é consequência.

Em relação ao apoio dos articuladores / representantes para ajudar a implantação dos empreendimentos e quais estão funcionando, 5 declararam ter realizado alguma ação nesse sentido. Um Articulador informou ter apoiado 3 empreendimentos que se encontram em funcionamento e os demais (4) apoiaram, cada um, um tipo de empreendimento. Os demais 16 Articuladores/Representantes declararam não ter participado da implantação de nenhum empreendimento que estava funcionando (Tabela 7).

Santos (2006) ao analisar o processo de comercialização de Agroindústrias Familiares na Região de do Alto Uruguai do Rio Grande do Sul, ressalta a importância que tem o envolvimento de diferentes tipos de responsáveis pelo sistema de comercialização, ou seja, é grande a dependência do setor em relação aos diferentes setores da sociedade, cada qual com sua responsabilidade. A autora cita a importância das vendas em feiras, no comércio, para a cooperativa, venda na própria propriedade, em escolas, dentre outras.

A Tabela 7 nos faz refletir que a diversificação de setores que os articuladores / responsáveis atenderam, nas áreas de produtos lácteos, derivados de carne, ovos, inclusive de outros produtos artesanais (charutaria citada), indica o potencial que há na região. Wesz Junior *et al.* (2009) que enfatizam a necessidade da aproximação entre produtor e comprador, sendo a diversificação da comercialização importante razão na diminuição do êxodo rural, o que é proporcionado pelas agroindústrias que estimulam essa diversificação da produção e, portanto, o desenvolvimento sócio econômico destas localidades. Os autores estudaram 3.244 agroindústrias nos três Estados do Sul do País. Este estudo amplo mostra que se justifica plenamente investimentos e ações principalmente do setor público, que é responsável direto pela implantação inicial do Serviço de Inspeção e assim continuar seu relevante papel social de apoio à esse trabalho tão promissor.

Tabela 7 – Resposta dada pelos Articuladores/Representantes em relação a possível ajuda na implantação de empreendimentos que estavam em funcionamento, nos municípios abrangidos pelo CIENSP.

QUESTIONÁRIO	Quais empreendimentos você ajudou a implantar e estão funcionando (nome/atividade)?
01 – Andradina	associação dos produtores de leite pasteurizado
02 – Auriflama	não houve solicitação por parte de produtores.
03 – Bento de Abreu	nada a relatar
05 – Guaraçai	granja / ovo
06 – Guararapes	granja, granja e salomaria
07 – Ilha Solteira	não temos nenhum funcionando
08 – Itapura	não tem empreendimento implantado
09 – Lavínia	razão social do estabelecimento
10 – Mirandópolis	recebeu o selo de inspeção uma charutaria artesanal
11 – Monte Castelo	não há demanda
12 – Murutinga do Sul	Nenhum
14 – Nova Independência	Nenhuma
15 – Pereira Barreto	não temos nenhum implantado, apenas fomos consultados
16 - Rubiácea	Nenhuma
17 – Sto. Antônio do Aracanguá	nada a relatar
18 – Sud Menucci	no município todos os projetos de regularização para SIM estão parados
20 – Tupi Paulista	nenhum até o momento
21 – Valparaíso	Nenhum

Fonte: Próprio autor, 2021.

Wesz Junior *et al.* (2009), além do foco da diversificação, destacam a reestruturação capitalista e o aumento da vulnerabilidade social e econômica enfrentada pelo meio rural latino americano como fatores que reforçam a necessidade do apoio público. Vieira (1998), na mesma linha de estudo, analisando a relação da agricultura familiar com a agroindústria, cita as *commodities* como produtos limitantes na renda dos pequenos produtores, assim a agregação de valor, a importância da diversificação da produção, o investimento em propaganda e publicidade são fatores que contribuem no desenvolvimento do setor. Neste sentido, quando uma das respostas, ao afirmar que em 2022 a Prefeitura Municipal pretende “expandir” os trabalhos no sentido da implantação do Serviço de Inspeção, nos deixa

extremamente otimista, pois a valorização do setor servirá de exemplo aos demais, porque se trata de um grupo de cidades que todo mês se reúne, representado por Prefeitos e seus articuladores / representantes que têm na proatividade uma característica marcante das lideranças e estes atendimentos iniciais se tornarão muito importantes ao longo do processo, podendo se ampliar pelo Território prof. Cory/Andradina e posteriormente nos 21 Municípios da AMENSP / CIENSP.

Quanto aos empreendimentos que os articuladores / representantes ajudaram a implantar, mas pararam as atividades, a resposta foi semelhante à questão anterior, pois dos 7 empreendimentos distintos que foram ajudados, apenas 1 deles encerrou as atividades. Em 14 municípios houve ajuda na implantação (na verdade, nesses casos, não ocorreu nenhuma implantação) e 2 pesquisados deixaram sem resposta essa pergunta. Nos municípios do Território Professor Cory/Andradina, 1 interrompeu o abate de frangos, em outro município o produtor parou com a atividade rural e por último 3 produtores que iniciaram interromperam as atividades de derivados de leite, carne bovina e queijo artesanal.

Os articuladores/representantes da AMENSP / CIENSP relataram que dentre os 21 municípios, 10 empreendimentos nas áreas de embutidos, ovinos e suínos, leite, queijo e peixe, contam com sua participação na implantação em 6 municípios distintos. Em contrapartida, em 13 municípios não estava ocorrendo nenhuma ajuda na implantação (2 pesquisados não responderam). No Território Professor Cory / Andradina como já visto, em 1 município o articulador está auxiliando a implantação em 2 estabelecimentos para embutidos, em outro município envolve 1 estabelecimento de abate de ovinos e suínos, em um terceiro refere-se à produção de queijo e em num quarto município há o atendimento de 3 empreendimentos, nos setores de carne, leite e queijo natural.

A comparação entre a ajuda na implantação entre o Território Professor Cory/Andradina, com 7 empreendimentos, em relação à da AMENSP / CIENSP, que apoia apenas mais 3 distintos empreendimentos, nos leva a considerar que essa maior quantidade do primeiro pode estar relacionada com os mesmos motivos já tratados quando foi discutida a maior demanda dos agricultores/ empreendedores em relação ao Serviço de Inspeção.

Tabela 8 - Tipo resposta dada pelos Articuladores/Representantes em relação a possível ajuda à empreendimentos que estão sendo implantados, nos municípios abrangidos pelo CIENSP.

RESP/QUEST.	Quais empreendimentos você está ajudando na implantação (nome/atividade)?
01 – Andradina	Produção de embutidos 2 estabelecimentos.
02 – Auriflama	Não houve implantação do programa
03 – Bento de Abreu	Nada a relatar
05 – Guaraçaí	Nenhum
06 – Guararapes	Produção de linguiça no açougue
07 – Ilha Solteira	Abatedouro de ovinos/suínos
08 – Itapura	Nenhum
09 – Lavínia	File de peixe e mais 2 produtores que não sei o nome mas para produção de queijo fresco
10 – Mirandópolis	Nenhuma
11 – Monte Castelo	Não há demanda
12 – Murutinga do Sul	Nenhum
14 – Nova Independência	Nenhuma
15 – Pereira Barreto	Ajudamos nas informações e acompanhamentos das necessidades para implantação de queijaria
16 – Rubiácea	Nenhuma
17 – Santo Antônio do Aracanguá	Nada a relatar
18 – Sud Menucci	Processamento de carnes, processamento de leite, produção de queijo artesanal
19 – Suzanápolis	Nenhum no momento
20 – Tupi Paulista	Não
21 – Valparaíso	Nenhum

Fonte: Próprio autor, 2021.

Dentre os 21 articuladores / representantes, 4 afirmaram estar acompanhando os empreendimentos instalados e em 3 o acompanhamento se dá apenas quando solicitado, ou seja, se ocorre alguma demanda (Tabela 9). No caso do Território Professor Cory/Andradina, o acompanhamento dos trabalhos por parte dos articuladores / representantes após a implantação do serviço de inspeção nos empreendimentos é realizado em 2 casos de forma regular e em outros 2 quando há demanda. Em termos comparativos o acompanhamento de apenas mais 2 empreendimentos no restante da Região da AMENSP / CIENSP indica

novamente que foi positiva a influência do Território Professor Cory/Andradina na Região mais ampla.

Tabela 9 - Resposta dada pelos articuladores / representantes em relação ao acompanhamento dos empreendimentos após sua implantação, nos municípios abrangidos pelo CIENSP.

Mun./Quest.	Após a implantação você tem acompanhado os empreendimentos?
01 – Andradina	Sim
02 – Auriflama	Não
05 – Guaraçai	Sim
06 – Guararapes	Sim
07 – Ilha Solteira	Não
08 – Itapura	somente quando há demanda
09 – Lavínia	Sim
10 – Mirandópolis	Não
11 – Monte Castelo	somente quando há demanda
12 – Murutinga do Sul	Não
15 – Pereira Barreto	somente quando há demanda
16 – Rubiácea	Não
17 – Santo Antônio do Aracanguá	nada a relatar
18 – Sud Menucci	Não
20 – Tupi Paulista	Não
21 - Valparaíso	somente quando há demanda

Fonte: Próprio autor, 2021.

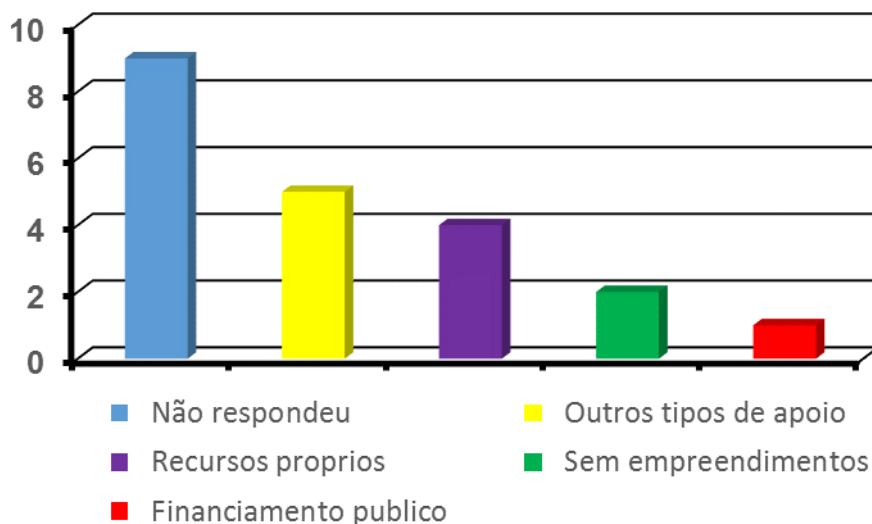
Wesz Junior (2009) faz importante análise quando pesquisou novas configurações no meio rural Brasileiro a respeito de propriedades com agricultura familiar, que implantaram agroindústrias familiares e consequentemente necessitaram implantar a Inspeção Sanitária. O autor vincula o aumento do número de propriedades familiares em nível nacional ao aumento de propriedades familiares que implantaram agroindústrias, ressaltando importantes detalhes neste estudo, como a mudança na composição familiar, sucessão do patrimônio, êxodo rural, estrutura fundiária, diversificação de produção entre outros. Um dos aspectos relevantes neste contexto é a implantação de políticas públicas locais que propiciaram essa alteração, sendo o apoio de profissionais do setor público vinculados ao setor rural, tanto durante o processo de implantação como posteriormente, como fundamentais no sucesso da consolidação destas agroindústrias.

Teixeira *et al.* (2021) e Sulzbacher *et al.* (2009), na mesma linha de raciocínio que Wesz Junior (2009) destacam a importância do apoio do poder público na implantação e acompanhamento das agroindústrias, os primeiros destacam a resistência à regularização dos empreendimentos em Cachoeira do Sul no Rio Grande do Sul; enquanto Sulzbacher *et al.* (2009) traz para a discussão a implantação dos Territórios implantados pelo PRONAT em várias regiões do mesmo Estado, referindo-se à importância da presença do poder público na implantação e pós implantação de agroindústrias, pois o agente público no exercício de sua função também tem o poder de motivar e a obrigação de dar o apoio mínimo necessário para o sucesso das ações.

Na região da AMENSP / CIENSP, quando questionados se tinham alguma informação se os empreendimentos contaram com crédito de programas oficiais ou utilizaram recursos próprios na implantação, dentre os 12 articuladores/ representantes que responderam à pergunta, 85,71% declararam que os investimentos nas agroindústrias implantadas nos 21 municípios, tiveram como origem recursos próprios e que somente 14,29% utilizaram recursos públicos. Quanto ao acompanhamento da extensão rural (ou outro tipo de apoio técnico), 47,61% dos empreendimentos contaram com algum tipo de apoio técnico, seja da extensão rural ou através da contratação de profissional liberal, com financiamento público ou mesmo utilizando recursos próprios. Nove articuladores / representantes não responderam a questão e 2 afirmaram que os empreendimentos não tiveram nenhum apoio (Figura 12).

No Território Professor Cory/Andradina, nos 11 municípios levantados, conforme já visto, 04 Articuladores/Representante mencionaram a utilização de recursos próprios para implantação dos empreendimentos, sendo que nos demais citaram como apoios, o CIENSP (2) e em 1 destes o Órgão de Extensão Rural local.

Figura 12 – Distribuição dos articuladores / representantes de acordo com o tipo de resposta em relação a apoio financeiro ou técnico utilizado pelos empreendimentos implantados, nos municípios abrangidos pelo CIENSP.



Fonte: Próprio autor, 2021.

Na comparação do Território com a área total dos 21 municípios, aparece a referência de uso de recurso público em uma das citações de municípios que fazem parte do Território Professor Cory/Andradina, o que significa que o apoio público tem sido muito limitado. Pesquisas indicam que o apoio de recursos públicos é fundamental na viabilização de agroindústrias familiares, especialmente quando obtidos por meio de organização dos agricultores.

Neste sentido, Paula *et al.* (2014) pesquisando mercados institucionais e sua influência na região de Mineiros no Estado de Goiás, destaca a importância dentre várias outras contribuições para o desenvolvimento local, da criação de uma Cooperativa de Crédito Solidário, que desde 2003 juntamente com outras iniciativas locais de apoio, focou na captação de recursos do PRONAF (Programa Nacional de Agricultura Familiar). A autora destaca a ação do Sindicato dos Trabalhadores de Mineiros e a ação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) local, como entidades importantes neste processo inicial que influenciou, dentre outras ações locais, a criação do SIM (Serviço de Inspeção Municipal) em 2010. Niederle (2009), ao analisar 143 agroindústrias em 9 municípios na região das Missões no Rio Grande do Sul, afirma como fator limitante para viabilização das agroindústrias, os altos custos de implantação e o insuficiente financiamento público como um dos gargalos observados. O autor em seu trabalho destaca ter havido a

adesão ao SUASA apenas em Crissiumal (RS), município fora desta região, reforçando sua análise no que diz respeito a recursos financeiros.

Para Wesz Junior (2009), ao analisar a mesma região estudada por Niederle (2009), afirma que o PRONAF (Programa Nacional de Agricultura Familiar) foi fundamental para a manutenção dos empreendimentos, ao apoiar o custeio de 97,7% dos 45 financiamentos realizados, sendo que apenas em um deles o financiamento foi proveniente de outra fonte. Amorim (2008), em estudos realizados na região oeste do Paraná, reforça essa análise da importância do PRONAF que, ao financiar as agroindústrias, possibilitou juntamente com a Emater na questão da assistência técnica, inclusive na captação de recursos financeiros, a promoção de desenvolvimento local e consequentemente, o aumento da adesão ao Serviço de Inspeção. Já para Kiyota (2019), a concentração de poder e renda das grandes agroindústrias devido ao modelo de desenvolvimento atual da sociedade, tornam o financiamento público por meio de políticas públicas, vital para as agroindústrias familiares.

Quanto às dificuldades dos empreendimentos para serem implantados de acordo com as normas do SIM / SUASA na região da AMENSP / CIENSP os articuladores / representantes locais, relataram em sua maioria (57,89% do total) que o maior entrave refere-se às limitações financeiras que se somam a outras dificuldades como: falta de divulgação, falta de treinamento dos agricultores, muitas exigências nas legislações, falta de conhecimento sobre legislação, licenciamento ambiental, falta de programação por parte do produtor, dificuldade de acesso a linhas de crédito, resistência a mudanças, excesso de burocracia desestimulando o produtor, alto grau de investimento em atividades que são complemento de renda, atual situação financeira dos pequenos produtores, falta de perspectiva por parte do produtor, falta de acesso a informações e programas, dificuldade de legalização dos documentos (incluindo projetos de engenharia).

Perufo, Batista e Cortez (2018) fizeram uma pesquisa para detectar as principais dificuldades que 20 fabricantes de produtos cárneos derivados de suínos enfrentam para legalizar suas agroindústrias na região limítrofe da EMATER de Ascar de Lajeado (RS). A pesquisa foi voltada para questões como o meio ambiente, custos de implantação, assistência técnica, tributos, tempo de existência da agroindústria e capacitação. Os autores fizeram o levantamento de cada questão específica, chegando a várias conclusões como a importância do grau de escolaridade dos proprietários, pois isso se reflete diretamente no entendimento de regras e orientações recebidas, e em especial, a questão da legislação. Acompanhamento de custos e que ficou evidente, apesar da média de idade dos estabelecimentos estudados ser de 6 anos, que o recebimento ou não de baixa assistência técnica, o baixo grau de escolaridade, a

falta de profissionalização e capacitação na área de alimentos, foram os principais aspectos que geraram as dificuldades detectadas. Os autores concluíram que os produtores necessitam de orientação principalmente na questão da legislação.

Fernandes e Engel (2016) ao analisarem 18 agroindústrias na área de panificação na fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul na região da EMATER de Santa Rosa, consideraram como dificuldades principais para os empreendedores de agroindústria saírem da ilegalidade, a questão sanitária. As autoras ressaltam a importância da legalidade, de normas e suas variáveis, porém destacam o fato de que a presença do Estado no convencimento das vantagens da regularização nos níveis Municipal, Estadual e Federal, é essencial na legalização. Na pesquisa, a questão financeira, além da limitação à época da implantação, também foi relatada pelos entrevistados como fator preocupante após a legalização dos empreendimentos, pois gera outras despesas como taxas e impostos e aumento das despesas com pessoal. Outro fato importante detectado foi a ausência do Estado na solução de problemas, tanto antes quanto depois da legalização.

Sulzbacher e David (2009) ao pesquisarem o município de Chapada do Rio Grande do Sul, atribuem as questões financeiras e a escassez de informações como fatores principais de entrave para a legalização de agroindústrias. O município foi escolhido pelas autoras, pois em 2002 foram detectados 48 unidades de processamento em 18 atividades agroindustriais, fato atribuído à procura de novas alternativas para a agricultura familiar. Uma informação importante neste período foi que o apoio da EMATER local e o esforço de um dos entrevistados foi citado como exemplo de sucesso na implantação das agroindústrias:

[...] as horas de serviço são as mesmas, só que é mais fácil (pausa) a gente não pára de trabalhar, o serviço continua, porque agora a gente tem mais, porque na outra vez a gente fazia só em um tacho, agora tem dois e nós fizemos quatro por dia. Antigamente nós só fazia um tacho de melado por dia e ainda entrava noite adentro; agora não, com essa instalação nós fizemos quatro tachada (...) as horas de serviço aumentaram, só que é mais fácil se antes dava 30kg por dia, hoje dá 120kg. Se era para continuar como antes, nós não ia aguentar. (SULZBACHER; DAVID, 2009, p.82)

Nichele e Waquil (2011) ao pesquisarem a qualidade da produção artesanal na grande Porto Alegre (RS), envolvendo também os municípios de Viamão, Gravataí e Glorinha, fazem ressalva da importância da agricultura familiar para o Brasil dado o modelo de desenvolvimento adotado a partir dos anos de 1970. Segundo os autores, ao focarem os gargalos enfrentados pelo setor, entre diversos problemas, veem a legislação como importante aspecto a ser observado nos estudos atuais, pois a relação comercial baseada na confiança

entre produção e consumidor passa pela implantação da inspeção e a legislação precisa ser adequada e ser acessível aos interessados. Além deste fato, segundo os entrevistados, as normas exigidas principalmente na estrutura física dos empreendimentos podem inviabilizar a legalização devido seus altos custos.

Quanto às dificuldades relatadas pelos articuladores / representantes, entrevistados nos 21 Municípios que compõem a AMENSP/CIENSP, apenas 5 apontaram dificuldades, sendo que as manifestações envolveram os seguintes aspectos: falta de conscientização; falta de divulgação; necessidade de quebra de paradigma; fiscalização; orientação mais abrangente; flexibilização das normas; ajuda financeira e técnica para os empreendedores e um dos Articuladores afirmou que devido a pouca demanda, ficava difícil avaliar essa questão, mas nas vezes que solicitou apoio da equipe de inspeção, foi prontamente atendido.

No Território Professor Cory/Andradina, apenas um dos articuladores sugeriu que haja “fiscalização e orientação mais abrangente”.

Quando os articuladores/ representantes foram questionados sobre o que a prefeitura ou outro órgão público poderia fazer para ajudar a viabilizar a regularização de um maior número de empreendimentos pelo SIM/SUASA, as respostas foram conforme observa-se na Tabela 10,

De acordo com as respostas, sobre o mesmo assunto no território Professor Cory/Andradina, nos levam a sugerir que a influência do mesmo sobre a região da AMENSP / CIENSP foi positiva no sentido de maior envolvimento, pois no Território apenas 2 integrantes Articuladores/Responsáveis não responderam, enquanto dos 10 municípios, que completam a área de abrangência da AMENSP/CIENSP, 7 integrantes não responderam, na Tabela 10 acima, constam apenas aqueles que responderam.

Em um dos casos o articulador / representante desconhece alterações recentes ocorridas, como exemplo citou o cargo relacionado ocupado um prefeito que não condiz com a atualidade (Tabela 10). O fato também nos leva a concluir que se um representante desconhece a própria condição de representatividade local do poder executivo em relação à direção Regional, isto reflete diretamente nos resultados alcançados de sua atuação em relação ao Serviço de Inspeção.

Tabela 10 - Resposta dada pelos Articuladores/Representantes em relação ao que a prefeitura ou outro órgão público pode fazer para ajudar na viabilizar a regularização de um maior número de empreendimentos pelo SIM / SUASA, nos municípios abrangidos pelo CIENSP.

QUEST./ RESPOSTA	Na sua opinião, o que a prefeitura ou outro órgão público pode fazer para ajudar a viabilizar a regularização de um maior número de empreendimentos pelo SIM/SUASA?
01 – Andradina	a prefeitura já vem fazendo divulgação do serviço e está em contato com o CIENSP aonde são realizadas visitas técnicas com produtores em outros empreendimentos em funcionamento, previsão de expandir este trabalho em 2022
02 – Auriflama	divulgação e capacitação.
05 – Guaraçai	prefeitura vem fazendo sua parte na divulgação, levando produtor em outros estabelecimentos em funcionamento.
06 – Guararapes	na minha opinião o (sim) já viabiliza a regularização
07 – Ilha Solteira	no caso da prefeitura de Ilha Solteira, já se faz muito para isso, inclusive, o prefeito municipal é o atual presidente do consórcio e dá total apoio para o seu bom funcionamento
08 – Itapura	apoiar no fornecimento de local e infraestrutura necessários para implantação das atividades a serem desenvolvidas
09 – Lavínia	muitos produtores precisam de projetos de construção ou seja precisa de um engenheiro civil para desenhar a planta do local do empreendimento, acredito que a prefeitura poderia ajudar neste quesito
10 – Mirandópolis	disponibilizar funcionários para a fiscalização, capacitar os técnicos responsáveis
11 – Monte Castelo	não há demanda
12 – Murutinga do Sul	facilitação na documentação
14 – Nova Independência	implantar o SIM no município por meio de consórcio intermunicipal

Fonte: Próprio autor, 2021.

Em Porto Alegre (RS) segundo Ritter (2021), os trabalhos desenvolvidos pela Prefeitura Municipal na implantação e condução dos trabalhos de inspeção (SIM) de produtos de origem vegetal, são considerados pelos autores exemplo de política pública implantada tendo em vista os resultados alcançados, quando comparado ao município vizinho Gravataí. A diversificação de produção, o aumento da renda, novas fontes de renda e a segurança que os produtores do município de Porto Alegre obtiveram, contrasta com as dificuldades dos agricultores do município vizinho de Gravataí. Uma observação interessante nas conclusões deste trabalho é que Porto Alegre não cobra taxas nem tampouco multas e intensificou a assistência técnica e financeira para os produtores e assim, a aceitação pelos mesmos foi assunto destacado no trabalho incentivando a implantação da inspeção pelos produtores rurais.

Em nível Estadual como exemplo de Política Pública voltada para contribuir na implantação de Agroindústria, Teixeira (2021) pesquisando Cachoeira do Sul, também no Estado do Rio Grande do Sul, cita a importância do SUSAF (Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar Artesanal e de Pequeno Porte), que permitiu que os produtores vendessem seus produtos provenientes de agroindústria, comercializassem fora dos limites de seu município, permitindo assim que agroindústrias cadastradas no SIM (Serviço de Inspeção Municipal) pudessem vender em nível Estadual. A Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária local, a Emater, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Governo Federal (extinta), a UERGS (Universidade Estadual do Rio Grande do Sul) e a lei 4.198 que institui o Programa de Desenvolvimento das Agroindústrias no município de Cachoeira do Sul, além de apoios diversos como capacitação, legalização, gerenciamento dentre outros, foram fundamentais para o sucesso da política.

Outra experiência de política pública é relatada por Valim (2017), em estudo da regularização de agroindústrias do setor de açúcar mascavo e melaço em Itati (RS). O autor menciona que a Política Estadual de Agroindústria Familiar, especificamente o “Selo Gaúcho”, criado na mesma época em que se intensificava a fiscalização do setor no Estado proporcionou a legalidade que o produtor necessitava para utilizar o próprio talão de notas de propriedades rurais, ao passo que se fosse aberta uma empresa, o descaracterizava como produtor rural, sendo, portanto um exemplo de intervenção pública favorável à implantação de agroindústrias familiares.

Na Tabela 11 a seguir, constam as observações feitas de forma livre pelos articuladores / responsáveis da área de abrangência do CIENSP, totalizando 6 respostas de um total de 21 entrevistados. Além da resposta de 1 entrevistado do Território (7), mais 5 entrevistados dos demais municípios fizeram sugestões ou observações sobre o Serviço de Inspeção. Um deles reforça o que no seu entendimento é o objetivo do serviço de inspeção; outro considera que a transformação dos produtos tem pouco peso na renda dos agricultores, sendo apenas uma atividade complementar; e o terceiro apregoa mudanças nas exigências, especialmente as questões burocráticas e os investimentos necessários, para que os pequenos produtores possam formalizar seu negócio. O fato nos sugere considerações a respeito dos trabalhos desenvolvidos sobre o Serviço de Inspeção, que em seu conjunto, no mínimo, deve-se fazer um alerta para que os responsáveis administrativos façam uma avaliação de quais pontos podem-se intensificar as ações, visando a constante evolução dos trabalhos haja vista a sua importância.

Tabela 11 - Observações dos Articuladores/Representantes nos municípios abrangidos pelo CIENSP.

Munic / Quest.	Observações
06 – Guararapes	o objetivo do CIENSP é promover e proteger a saúde
07 – Ilha Solteira	na minha opinião, o funcionamento dos órgãos de inspeção Sim/Suasa precisa ser 100% técnico e 0% político, exatamente como vem acontecendo e os produtores têm que ter total comprometimento com isso e uma visão empresarial de crescimento econômico exigindo total rigor no serviço de inspeção e fiscalização de produtos que estejam fora da legislação.
11 – Monte Castelo	os pequenos agricultores do município normalmente usam a produção de produtos agropecuários em pequena escala para complemento de renda, tendo em vista que a grande maioria desenvolve outras atividades rurais que normalmente estejam o orçamento familiar
13 – Nova Luzitânia	o município não possui empreendimento que precise do SIM/SUASA. A cadeia que predomina é o leite sendo entregue diretamente ao laticínio.
17 – Santo Antônio do Aracanguá	na visão deste órgão, como num contexto geral, é um trabalho muito bom de ser realizado, onde há de vim trazer recursos, informações a quem precisa, desse modo, gerando renda, aquecendo a economia e também produzindo melhoras na qualidade de vida
21 - Valparaíso	as exigências para pequenos produtores deviam ser revistas, uma vez que, são os maiores interessados e desistem da formalização devido ao alto investimento e a burocracia

Fonte: Próprio autor, 2021.

4.5 Análise da entrevista com o responsável pela equipe de inspeção dos 21 municípios da AMENSP/CIENSP

A entrevista com o responsável pela equipe de inspeção foi realizada por meio de questionário (Apêndice 2), e descreveremos suas respostas de modo geral na íntegra.

O responsável pela equipe de inspeção tem 46 anos, é formado em Medicina Veterinária, iniciou os trabalhos em 2016 desde a implantação da equipe de inspeção pela AMENSP / CIENSP; é funcionário concursado de uma das Prefeituras da referida Região, cedido para ser o responsável pela equipe de inspeção e, anteriormente à essa função, exercia a profissão como extensionista rural e o controle de zoonoses no município em que reside.

Inicialmente seu trabalho foi voltado para o apoio à elaboração de legislações necessárias para implantação do serviço de inspeção nos municípios da região da AMENSP / CIENSP. Na sequência, os trabalhos foram de orientação para o registro de fiscalização de plantas aprovadas, elaboração documental para adesão ao SISBI – POA, análise de documentos para registro protocoladas no SIM (Serviço de Inspeção Municipal) de cada município.

Quando questionado sobre as condições necessárias para implantação de empreendimentos por meio do SIM / SUASA, o responsável afirma que toda a documentação é via Consórcio, que está se responsabilizando pela elaboração de toda documentação necessária para adesão ao SISBI-POA e que todos atendem os requisitos necessários para criação da Lei do SIM, exceto os municípios recentemente aderidos ao Consórcio que ainda não atendem os pré-requisitos.

Sequencialmente, o coordenador informou que os seguintes empreendimentos foram implantados e estão em funcionamento: Laticínio de uma Associação de produtores, 5 granjas de ovos *in natura* em 4 diferentes municípios, 2 empreendimentos de fabricação de linguiça e 1 de fabricação de salame. Relacionou como empreendimentos em implantação: 2 que visam a produção de embutidos, 3 granjas de ovos *in natura*, 1 laticínio leite tipo A, 1 para abate de bovinos e 1 queijaria.

O coordenador dos trabalhos da equipe de inspeção regional afirma estar acompanhando os trabalhos dos empreendimentos após a implantação e que os mesmos contam apenas com recursos próprios para a implantação. Com relação às dificuldades dos empreendimentos para serem implantados segundo a legislação do SIM/SUASA segundo sua opinião, há somente uma, o licenciamento ambiental que deve ser obtido junto à CETESB.

4.6 - Pesquisa com os produtores rurais / empreendedores que foram atendidos pela equipe de inspeção do SIM / SUASA

4.6.1 – Trabalho de identificação dos empreendimentos atendidos

Nesta parte da pesquisa, também realizada por meio de questionário destacado como apêndice 4, abrangeu 12 dos 16 empreendimentos citados pelo responsável pela equipe de inspeção, com a importante contribuição de extensionistas de diversos órgãos públicos, empresas privadas e contatos individuais, assim como os articuladores / representantes nos 21 municípios. Em relação aos demais (4 empreendimentos) não conseguimos resposta (no caso de um deles foi feito o contato via whatsapp e telefônico, com envio do questionário, porém não se obteve retorno) e no caso dos demais empreendimentos não foram identificados e chegou-se à conclusão de que não estão mais funcionando (aparentemente um deles, pode ter sido citado em duplicidade na resposta pelo responsável pelo Serviço de Inspeção, pois trata-se do mesmo município e da mesma área atendida, sendo 1 em fase de implantação e na outra citação, já implantado).

A amostra de 12 empreendimentos cujos proprietários foram pesquisados nos permite afirmar que todos os setores produtivos atendidos nas respostas do responsável pela equipe de inspeção foram abordados, portanto nossas conclusões tornam-se representativas dos resultados alcançados pelo Serviço de Inspeção na área da AMENSP / CIENSP.

Como contribuição nessa pesquisa, nossa atuação como engenheiro agrônomo extensionista da CATI desde 1987; também desde 2009, o auxílio de vários profissionais de diversos órgãos na região, incluindo um importante apoio inicial e ao longo deste período até os dias atuais, do Assistente Agropecuário Eng. Agr. Paulo Cesar Leite Saraiva, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, da CATI Regional de São Paulo; do grupo do Território Professor Cory / Andradina, incluindo o saudoso amigo Professor Carlos Augusto Cory Moraes e Araújo, foram importantes em algum assunto específico de nossa pesquisa. Em 2010 não pode deixar de ser relatada a realização de um curso de “Boas Práticas de Fabricação” em Pereira Barreto pela Embrapa do Rio de Janeiro que contou com a ajuda de muitos envolvidos, permitindo a capacitação inicial e abordagem do assunto em muitos municípios, curso este divulgado inclusive por um importante canal televisivo em programa até mesmo internacionalmente assistido. As referências acima, associadas à orientação do Professor Antônio Lázaro Sant’Ana, assim como os alunos e funcionários da UNESP em algum momento, foram importantes também nesta etapa de elaboração, identificação e obtenção de respostas nos questionários.

4.6.2 - Pesquisa com os responsáveis pelos empreendimentos atendidos pela equipe de inspeção do SIM / SUASA

Os atendimentos da equipe de inspeção que geraram algum resultado para o produtor rural ou empreendimento urbano, com a realização alguma ação no sentido de implantação do Serviço de Inspeção, envolveram 8 dos 21 municípios da região da AMENSP/CIENSP, sendo citados pelo responsável, 16 atendimentos no total, sendo que 8 destes tinham sido implantados e estavam regulares junto ao Serviço de Inspeção e outros 8 encontravam-se em fase de implantação.

Com relação às atividades envolvidas na implantação do Serviço de Inspeção, as áreas e respectivas quantidades foram: derivados de leite (laticínios e queijaria), com 3 atendimentos; derivados de carne suína com 5 empreendimentos e 8 empreendimentos com produção de ovos *in natura*. Os produtores/empreendedores que relataram serem proprietários dos mesmos apresentam em média terem 49 anos. Para iniciarem a implantação, 7 ficaram

sabendo do Serviço de Inspeção por meio das Prefeituras Municipais seus articuladores ou representantes, 3 por meio da própria equipe de inspeção e 2 via terceiros.

Para implantação ou na fase de implantação, 7 empreendedores tiveram auxílio das Prefeituras e da equipe de inspeção regional, 3 não contaram com apoio local, apenas apoio regional e 2 consideraram que não tiveram apoio regional, sendo que 1 deles contou com apoio local. Finalmente 1 dos pesquisados relatou que não contou com apoio local ou regional.

Todos os entrevistados relataram trabalhar com o segmento antes de iniciarem as tratativas da implantação do serviço de inspeção, com clara demonstração de tradição no ramo que variou de aproximadamente 52 anos exercendo a atividade, juntamente com a família, a 1 dos casos mais recentes, cujas atividades iniciaram-se em setembro de 2020 na tentativa de implantação da Inspeção. Em 1 dos casos o relato abaixo ratifica o exposto:

(...) aderimos o selo de inspeção municipal onde lutamos por aproximadamente 5 anos para aderir os requisitos necessários, com a inspeção mudamos muitas coisas que vimos que essas mudanças veio para melhorar o jeito e com mais garantia na produção de nossos produtos para garantir a qualidade que chega na mesa de nossos consumidores (...) nossa produção está aumentando, onde tínhamos uma produção de semana 50 kg , hoje 130kg por semana graças ao selo de garantia de nossos produtos, hoje podemos dizer que é uma satisfação trabalhar com a equipe do Consórcio CIENSP (EMPREENDEDOR - LINGUIÇA / SUÍNOS)

Quanto à implantação, os seguintes empreendimentos estão em funcionamento: 1 Laticínio, 3 granjas de ovos *in natura* em 3 diferentes municípios, 1 empreendimento na fabricação de linguiça e outro na produção de embutidos, ambos com carne suína. Quanto aos empreendimentos que estão em fase de implantação, 1 deles na produção de embutidos, 1 referente a granja de ovos *in natura* e 4 na área de laticínios e derivados, em especial queijaria.

Sobre o relato de diferentes atividades desenvolvidas nas propriedades, os produtores/empreendedores entrevistados, além da atividade implantada ou em fase de implantação, citaram a olericultura (2), a cultura do café (1) e a cultura do urucum (1).

As médias de produção relatadas nos questionários, um produtor de lácteos declarou produzir 40 mil litros de leite pasteurizados por mês; um produtor de queijos revelou que em média produz 425 peças, entre 0,5 e 1 kg; outro entrevistado declarou que interrompeu a atividade por falta de recursos financeiros para implantação de 1 laticínio e outro produtor na área de produtos lácteos, não respondeu à questão. Na produção de ovos *in natura*, a produção média foi de 672,5 caixas de 30 dúzias por mês e na área de derivados de carne suína, foram

relatadas as produções médias de 520 kg de linguiça e 500 kg de cortes e o produtor de embutidos de carne suína informou fabricar aproximadamente 2.000 kg mensalmente.

Quanto às dificuldades relatadas pelos entrevistados para implantação de serviço de inspeção, 4 afirmaram não ter havido dificuldades, sendo que 1 destes relatou que a equipe veio facilitar a implantação do processo. Nos demais casos, as referências foram diversas como adequações difíceis de serem cumpridas nas instalações, excesso de burocracia, sendo o principal ponto declarado por todos, a limitação de recursos financeiros para cumprir as exigências da inspeção. A respeito desse aspecto, cabe destacar que dentre os 12 empreendimentos consultados, apenas 1 deles contou com recurso público do FEAP (Fundo de Expansão da Agropecuária Paulista), porém foi justamente este que interrompeu as atividades na área de derivados de produtos lácteos. Já os demais 11 empreendimentos, utilizaram recursos financeiros próprios. Sobre desvantagens a respeito de quem implantou o serviço, a resposta foi unânime em afirmarem não haver desvantagens, apenas facilitou o desenvolvimento das atividades.

Quanto às vantagens, os entrevistados foram também unânimes em responder que houve aumento das vendas, maior confiança dos consumidores, diversificação quanto aos canais de comercialização alcançados, especialmente devido à venda em nível regional permitida pelo selo do CIENSP como produto inspecionado.

Por último a pesquisa solicitou uma observação livre por parte dos entrevistados, cujas manifestações foram as seguintes: “a concorrência individual entre os produtores de leite, encerrou a partir do momento da implantação de serviço, pois no laticínio, passamos a ser uma empresa só”, enquanto um outro produtor comentou os benefícios que este trabalho pode proporcionar a todos, conforme pode ser visto na Figura 13, a seguir.

Figura 13: Comentário livre de um dos produtores/empreendedores sobre as vantagens de regularizar seu negócio pelo SIM/SUASA, via equipe do Serviço de Inspeção da AMENSP/CIENSP.

Declaração

As vantagens de regularizar o seu negócio são inúmeras, com o SIM/SUASA além de você ter muito mais acesso a boas maneiras de fabricação, instalações e equipamentos adequados para produção de seus produtos, você passa de um aventureiro que trabalha muito, mas sempre preocupado, para um produtor orgulhoso do que faz, tendo muito mais segurança na produção, aumentando a qualidade, e com isso o reconhecimento, respeito e admiração dos seus clientes;

Aumentando assim as vendas, a vontade de continuar se dedicando cada vez mais, e por outro lado dando condições para que os consumidores tenham acesso a produtos Artesanais de excelente qualidade, com sabores e várias outras qualidades que não teriam fácil acesso.

Nos só temos o que agradecer, e cada vez mais a regularização ajuda e beneficia os dois lados da sociedade, produtor e consumidor!

Paulo A. Cardoso

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi analisar, tendo como base o contexto mais geral da política territorial brasileira recente, o histórico e as atividades desenvolvidas no Território Prof. Cory/Andradina, a partir da implantação da equipe de inspeção do SIM/SUASA, em 2016, até os dias atuais nos 21 municípios abrangidos pela AMENSP/CIENSP.

Observou-se que a formação do Território Professor Cory/Andradina, a partir de 2004, teve papel catalisador das propostas do PRONAT, trazendo recursos do PRONAF, avançando na implantação de políticas socioeconômicas, aproveitando-se da estrutura regional nos setores públicos, privados e do terceiro setor, o que veio a despertar o interesse da AMENSP, que por meio do CIENSP implantou uma equipe de inspeção dos produtos agropecuários, SIM / SUASA a partir de um debate proveniente deste CODETER Prof. Cory/Andradina.

Embora a organização territorial tenha sido importante para desencadear o processo, a implantação da Política de Inspeção SIM / SUASA e os resultados ao longo deste período iriam depender a partir de 2016/17 apenas das influências municipais inicialmente e da equipe de inspeção Regional da AMENSP / CIENSP, tendo em vista a desarticulação pelo Governo Federal em 2017 do MDA (Ministério de Desenvolvimento Agrário) com e consequente desarticulação das organizações ao nível dos Territórios.

Os levantamentos avaliados nas respostas obtidas nos 3 questionários, nos direcionam a algumas hipóteses: nestes 5 anos a partir da implantação desta equipe em 2016, decorreram três mandatos dos Executivos Municipais. Em cada um dos municípios, esses diferentes mandatos podem ter gerado mudanças nos trabalhos dos articuladores ou representantes em alguns casos resultando no fortalecimento, em outros acabaram por enfraquecer as ações em nível municipal, conforme as políticas locais foram desenvolvidas, refletindo nas respostas obtidas nessa pesquisa.

Há que ser destacado que todo trabalho precisa de um tempo determinado para se estabilizar e o Território Professor Cory/Andradina acabou influenciando a região da AMENSP / CIENSP de forma positiva, pois embora articulação para a instalação do serviço de inspeção tenha visado os municípios do Território, o fato de que 8 empreendimentos terem sido implantados (ou encontram-se em fase de implantação) em municípios não pertencentes ao Território, demonstra a ampliação da abrangência dos benefícios dessa política pública.

Por outro lado, é preciso reconhecer que o fato de, aproximadamente, apenas 0,6% das unidades de produção agropecuária (76 UPAs) terem sido atendidas, com algum tipo de informação, em relação ao total existente nos 21 municípios, e que em somente 0,1% do total

teve a instalação de algum empreendimento, indica que a abrangência do trabalho ainda é muito limitada. Outro aspecto importante que os resultados obtidos evidenciam também é a ausência ou a insuficiência de apoio em termos de outras políticas públicas, especialmente o acesso ao crédito, pois os empreendedores, quase na sua totalidade utilizaram recursos próprios para implantação dos empreendimentos.

Cabe destacar ainda os vários itens dos questionários em que não houve resposta por parte dos articuladores / representantes nos remete a concluir que o poder público, representado por esses pesquisados, não estão engajados de maneira efetiva no trabalho educativo e de estímulo (ou fomento) aos agricultores que a sua função supõe, de modo a ampliar os empreendimentos regularizados pelo serviço de inspeção, tanto no âmbito do Território, como no conjunto dos 21 municípios abrangidos pela AMENSP / CIENSP.

Os fatos e argumentos mencionados, associados ao fato de que o início da implantação do serviço de inspeção depende da ação local, fato confirmado em várias referências de trabalhos pesquisados, assim como os demais índices observados nas respostas, nos levam a fazer algumas proposições que podem contribuir com o desenvolvimento socioeconômico regional. Considera-se fundamental ampliar a assistência, sendo necessárias ações mais incisivas de divulgação e esclarecimento dos agricultores e outros possíveis interessados, assim como maior disponibilidade de recurso público de apoio ou de crédito com taxas que viabilizem a implantação dos negócios; nomeação de articuladores de carreira em nível municipal para dar sequência ao longo do tempo na implantação das políticas locais; envolvimento de órgãos públicos como os de extensão rural e secretarias ligadas ao comércio e indústria; parcerias com outras instituições públicas e da sociedade civil como universidades e organizações não governamentais, visando atender as diversas demandas que a instalação de uma agroindústria artesanal ou de pequeno porte exige. Este conjunto de ações, que devem ser articuladas, permitirá não somente a ampliação dos empreendimentos, mas também melhores resultados econômicos e sociais, pois as respostas dos empreendedores (assim como de alguns articuladores / representantes) foram unânimes com relação às dificuldades de assistência técnica, burocráticas e financeiras para conclusão da implantação dos empreendimentos.

A importância que os produtores rurais desempenham na sociedade no que diz respeito à segurança alimentar, justifica qualquer esforço neste sentido por parte de todos os envolvidos na implantação das políticas públicas. Assim, considera-se que a obtenção de resultados mais favoráveis sempre será possível e, neste caso, dependendo do ponto de vista, em que o mesmo pode ser considerado como a vista de um ponto (como lembrava sempre nosso saudoso amigo professor Carlos Augusto Cory Moraes e Araújo), depende da avaliação

de cada um. Interpretamos os resultados desta pesquisa como “muito favoráveis”, pelo simples fato de ter 8 empreendimentos legalizados (quando antes não havia nenhum), com diversificação na produção e da renda dos agricultores/famílias e 8 em fase de legalização, que podem trazer esses mesmos benefícios.

REFERÊNCIAS

AMORIM, L. S. B.; STADUTO, J. A. R. Desenvolvimento territorial rural: a agroindústria familiar no Oeste do Paraná. **Revista de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 55, n. 1, p. 15-29, 2008. Disponível em: <http://www.iea.agricultura.sp.gov.br/out/LerTexto.php?codTexto=9337>. Acesso em: 14 dez. 2021.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO EXTREMO NOROESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO-AMENSP. **Estatuto**. Andradina, 27/10/2015. Disponível em: <https://amensp.com.br/estatuto.html>. Acesso em: 03 jan. 2022.

BIANCHINI, V. **Vinte anos do Pronaf 1995 – 2015: avanços e desafios**. Brasília, DF: SAF/MDA, 2015, 6 p.

BONNAL, P. **Territorialidade, sustentabilidade e desenvolvimento: conseguiremos conviver com processos sociais diferenciados e contraditórios?** 7. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Públicas Para a Agricultura, 2007. Disponível em: <http://observatoriодоagronegocio.com.br/page41/page42/files/007TerritSustentabDesenvol.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Secretaria do Desenvolvimento Territorial – SDT. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável – território Andradina**. Elaboração Técnica: Ariane Favareto, novembro de 2010. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio012.pdf. Acesso em: 17 jun. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA. **Superintendência Regional São Paulo - SR 08 - assentamentos - Informações Gerais**. 2017. Disponível em: [painel.incra.gov.br/sistemas/Painel/ImprimirPainelAssentamentos.php?cod_sr=8&Parameters\[Planilha\]=Nao&Parameters\[Box\]=GERAL&Parameters\[Linha\]=1](http://painel.incra.gov.br/sistemas/Painel/ImprimirPainelAssentamentos.php?cod_sr=8&Parameters[Planilha]=Nao&Parameters[Box]=GERAL&Parameters[Linha]=1) Acesso em: 27 maio 2020.

BRITO, C. C. **Conceito de território rural e políticas públicas e sua evolução histórica nos Governos FHC e Lula**. 2017. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/60260>. Acesso em: 20out.2020.

CALDAS, E. L.; MOREIRA, I. Políticas de desenvolvimento territorial e intermunicipalidade no Brasil: complementaridades e tensões. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, DF, v. 4, n. 2, p. 41-61, jul. 2013. Disponível em https://agritrop.cirad.fr/571744/1/document_571744.pdf. Acesso em: 05 mar. 2020.

CARNEIRO, P. A. S. **Do sertão ao território das Minas e das Gerais: entradas e bandeiras, política territorial e formação espacial no período colonial**. 2013. 392 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFGM_131ff9e4d70eea03b2289fcb303f148e. Acesso em: 19 abr. 2022.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

COELHO, A. P.; COSTA, S. M. A. L.; SABBAG, O. J.; ROCHA JUNIOR, A. B.; SARAIVA, P. C. Arranjos organizacionais para melhoria da produção e mercados na Região

Noroeste Paulista. In: SEMINÁRIO PAULISTA DE EXTENSÃO RURAL, 5, 2017, Campinas. **Anais [...]**. Campinas: Associação Paulista de Extensão Rural.

COELHO, A. P. *et al.* Importância das compras institucionais para a agricultura familiar na região de Andradina (SP). In: JORNADA DE ESTUDOS EM ASSENTAMENTOS RURAIS, 9, 2019, Campinas. **Anais [...]**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2019. (Apresentação oral).

DELGADO, N. G.; BONNAL, P.; LEITE, S. P. **Desenvolvimento territorial**: articulação de políticas públicas e atores sociais. Rio de Janeiro: IICA-OPPA/CPDA, 2007. 72 p.

DELGADO, N. G.; GRISA, C. Políticas de desenvolvimento territorial e pobreza rural no Brasil: análise das institucionalidades e da governança. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 132-163, 2014. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/471/379>. Acesso em: 05 mar. 2020.

FUNDO EUROPEU DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL-FEDER. **Política regional e de coesão**. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/95/el-fondo-europeo-de-desarrollo-regional-feder->. Acesso em: 05 mar. 2020.

FERNANDES, D. M. M.; ENGEL, B. S. Agroindústrias familiares rurais: vantagens e desvantagens da legalização. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 21, n. 3, p. 183 - 214, 2016. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/6904/pdf>. Acesso em: 14 dez. 2021.

FRANCO, C. T. J. A experiência regional da Associação dos Municípios do Extremo Noroeste do Estado de São Paulo (AMENSP) no processo de transição de governo. In: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 6, 2013. **Anais [...]**. Brasília, DF, 2013.

FUSER, L. R. **Coordenação e governança no programa territórios da cidadania**: uma análise multi-level a partir do Vale do Ribeira-SP. 2016. 149 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://gvpesquisa.fgv.br/teses-dissertacoes/coordenacao-e-governanca-no-programa-territorios-da-cidadania-uma-analise-multi>. Acesso em: 05 abr. 2022.

GALVÃO, A. C. F.; VASCONCELOS, R. R. **Política regional à escala sub-regional**: uma tipologia territorial como base para um fundo de apoio ao desenvolvimento regional. Brasília, DF: Ministério da Fazenda, 1999. Textos para discussão, 665. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0665.pdf. Acesso em: 05 mar. 2020.

GARBIN, S. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável** – Território Baixo Araguaia – MT. Brasília, DF: Ministério de Desenvolvimento Agrário Fundação Cândido Rondon, 2006. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_territorio019.pdf. Acesso em: 05 abr. 2022.

GOLDENSTEIN, L.; SEABRA, M. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v. 1, p. 21-47, 1982. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47065/50786>. Acesso em: 05 mar. 2020.

GOMES, I. C. S. **Diagnóstico da situação das agroindústrias familiares rurais atuantes no município de Cachoeira do Sul e os problemas relacionados à regularização**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Cachoeira do Sul, 2017. Disponível em: Acesso em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/179973>. 14 dez. 2021. Acesso em: 20 dez. 2020.

GUIMARÃES NETO, L. Desigualdades e políticas regionais no Brasil: caminhos e descaminhos. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 15, p. 41-99, 1997. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/123/125>. Acesso em: 05 mar. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA-INCRA. **Índices básicos por Município**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/indices-cadastrais/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf. Acesso em: 22 jun. 2018.

KIYOTA, N.; GOMES, M. A. O. Agricultura familiar e suas estratégias de comercialização: um estudo de caso no Município de Capanema – Região Sudoeste do Paraná. **Revista de Administração da UFLA**, Lavras, v. 1, n. 2, p. 43-54, 2019. Disponível em: <http://revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/download/294/291/315>. Acesso em: 14 dez. 2021.

LEITE, S. P. **Políticas públicas e atores sociais na perspectiva do desenvolvimento territorial**. 11. Ed. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Públicas Para A Agricultura, 2007. Disponível em: http://oppa.net.br/acervo/publicacoes/IICA-OPPA-Desenvolvimento_territorial-Articulacao_de_politicas_publicas_e_atores_sociais.pdf. Acesso em: 20 jun. 2021.

LUPA. IEA - Secretaria de Agricultura e Abastecimento. **LUPA**. Disponível em <http://www.iea.agricultura.so.gov.br/out/bilupa.php>. Acesso em: 12 jan.2022.

MELLO THÉRY, N. A. Política (e ação) pública, território e o papel da geografia. **Revista da ANPEGE**, João Pessoa, v. 7, n. 1, p. 11-19, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/259481291_Politica_e_acao_publica_territorio_e_o_papel_da_Geografia. Acesso em: 05 mar. 2020.

MODENESE, V. S.; GONZAGA, D. A.; SANT'ANA, A. L.; MORAES, M. D.; SANTOS, T. B. O; PINA, T. P.; SANT'ANA, A. L. Território rural de prof. Cory / Andradina e as ações para a implantação do SUASA - Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária. *In*: SIMPÓSIO DE REFORMA AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS, 7, 2016, Araraquara. **Anais [...]**. Araraquara: Uniara/NUPEDOR, 2016. CD-ROM.

NICHELE, F. S.; WAQUIL, P. D. Agroindústria familiar rural, qualidade da produção artesanal e o enfoque da teoria das convenções. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 41, n. 12, p. 2230-2235, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-84782011001200030>. Acesso em: 14 dez. 2021.

NIEDERLE, P. A.; WESZ JÚNIOR, V. J. A agroindústria familiar na região Missões: construção de autonomia e diversificação dos meios de vida. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 3, p. 75-102, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277029146_A_agroindustria_familiar_na_regiao_Missoes_construcao_de_autonomia_e_diversificacao_dos_meios_de_vida. Acesso em: 14 dez. 2021.

OLIVEIRA, C. D.; PERAFÁN, M. E.; CONTERATO, M. A. Percepção de atores sociais sobre gestão estratégica e gestão social no âmbito da política de desenvolvimento territorial no Brasil. **DRd: Desenvolvimento Regional em Debate**, Canoinhas, v. 3, n. 2, p. 154-175, 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/496>. Acesso em: 05 mar. 2020.

PAULA, M. M.; KAMIMURA, Q. P.; SILVA, J. L. G. Mercados institucionais na agricultura familiar: dificuldades e desafios. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, v. 23, n. 1, p. 33-43, 2014. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/883>. Acesso em: 14 dez. 2021.

PERAFÁN, M. E. V.; ÁVILA, M. As experiências dos núcleos de extensão em desenvolvimento territorial no Brasil. **Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidade**, Brasília, DF, v.3, n. 1, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/regis/article/view/13531>. Acesso em: 05 abr. 2022.

PERUFO, N. B.; BATISTA, L. M.; CORTEZ, N. K. Agroindústrias familiares fabricantes de produtos cárneos suínos: principais dificuldades perante a legislação vigente. **Destaques Acadêmicos**, Lajeado, v. 10, n. 1, p. 34-49, 2018. Disponível em: <http://www.univates.br/revistas/index.php/destaques/article/view/1167/1308>. Acesso em: 14 dez. 2021.

PORTAL FOLHA REGIONAL: entenda porque foi criado e para que serve o CIENSP, Andradina, 18 mar. 2015. Disponível em: <https://jfolharegional.com.br/mostra.asp?noticias=24605>. Acesso em: 03 jan. 2022.

RITTER, S. J. **Desafios e efeitos da implementação do serviço de inspeção municipal vegetal – SIMVEG no município de Porto Alegre – RS**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/139304>. Acesso em: 14 dez. 2021.

RITTER, J. S. **Implementação do serviço de inspeção municipal (sim) e quantidade de estabelecimentos agroindustriais de pequeno porte nos municípios da Região da Grande Santa Rosa – RS**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização (Saúde Pública) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/202775>. Acesso em: 14 dez. 2021.

RUIZ, M. S.; VENTURINI, V.; CAMBERLIN, W.; LYRA, J. R. M.; UCHOA JÚNIOR, P. P. M. Agricultura familiar em Londrina. **Unopar Científica Ciências Exatas e Tecnológicas**, Londrina, v. 3, n. 2, p. 7-13, 2002.

SABOURIN, E. P. Evolução da política federal de desenvolvimento territorial no Brasil. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 18, n. 1, p. 123-143, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/2066/2675>. Acesso em: 05 mar. 2020.

SANTOS, J. S. **Agroindústria familiar rural no Alto Uruguai do Rio Grande do Sul: uma análise do processo de comercialização**. 2006. 131 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/89160>. Acesso em: 14 dez. 2021.

SÃO PAULO/CODEAGRO. **Secretaria de Agricultura Abastecimento/ Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios**. 2019. Disponível em: <https://www.codeagro.agricultura.sp.gov.br/home>. Acesso em: 14 maio 2019.

SILVA, C. A. F. O complexo industrial portuário de Suape enquanto instrumento de política territorial. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v. 8, n. 2, p. 165-184, 1992.

SILVA, F. C. **Agricultura familiar em duas microrregiões do Noroeste do Estado de São Paulo: uma análise comparativa entre as explorações agropecuárias e as políticas públicas dirigidas ao segmento**. 2012. 139 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Faculdade de Engenharia, Universidade Estadual Paulista, Ilha Solteira, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/98711>. Acesso em: 05 abr. 2022.

SOUZA, G. C.; AMARAL, C. N. Política territorial e os agricultores tradicionais do território da baixada cuiabana, Mato Grosso. **Guaju**, Matinhos, v. 1, n. 1, p. 64-89, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/guaju/article/view/43431/26390>. Acesso em: 05 mar. 2020.

SULZBACHER, A. W.; DAVID, C. Agroindústria familiar rural: uma estratégia para melhorar a qualidade de vida no espaço rural. **Geosul**, Florianópolis, v. 24, n. 47, p. 69-90, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/download/2177-5230.2009v24n47p69/11704/38709>. Acesso em: 14 dez. 2021.

SULZBACHER, A. W.; NEUMANN, P. S.; SILVEIRA, P. R. C. No coser da especialização produtiva, os impactos sociais da consolidação da agroindústria familiar rural. *In*: ENCUESTRO DE GEOGRAFOS DA AMERICA LATINA, 12, 2009. **Anais [...]**. Montevideo: Universidad de La República, 2009. Disponível em: <http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaeconomica/108.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2021.

TARSITANO, R. A. **Avaliação dos projetos Proinf do Território de Andradina (SP), a partir da perspectiva dos atores**. 2012. 80 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Agronomia (Sistemas de Produção), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, Ilha Solteira, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/98709?locale-attribute=es>. Acesso em: 05 abr. 2022.

TEIXEIRA, G. P. **Legislações envolvidas na abertura de uma agroindústria familiar rural**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização (Pós-Graduação em Lato Sensu) – Unidade de Cachoeira do Sul, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Cachoeira do Sul, 2021. Disponível em: <https://repositorio.uergs.edu.br/xmlui/handle/123456789/1835?show=full>. Acesso em: 14 dez. 2021.

TEIXEIRA, G. P.; AGNE, C. L.; MAHFUS, J. C. Legislações envolvidas na abertura de uma agroindústria familiar rural em Cachoeira do Sul – RS. *In: SALÃO INTEGRADO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, SIEPEX*, 10, [Porto Alegre]. **Anais [...]**. Porto Alegre: UERGS, 2021. Disponível em: <http://pev-proex.uergs.edu.br/index.php/xsiepex/article/view/3446>. Acesso em: 14 dez. 2021.

VALIM, R. T. O. **Avanços e desafios na regularização das agroindústrias familiares de açúcar mascavo e melado de Itati/RS**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Santo Antônio da Patrulha, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/180254>. Acesso em: 14 dez. 2021.

VIERA, L. F. Agricultura e agroindústria familiar. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, v. 7, n. 1, p. 14-31, 1998. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/195>. Acesso em: 14 dez. 2021.

WESZ JÚNIOR, V. J. Agroindústria familiar: um mecanismo de estímulo à especialização das atividades na propriedade rural? **Mundo Agrário**, v. 9, n. 18, 2009. Disponível em: https://memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.3776/pr.3776.pdf. Acesso em: 14 dez. 2021.

WESZ JÚNIOR, V. J. Novas configurações no meio rural brasileiro: uma análise a partir das propriedades com agroindústria familiar. **Agromentaria**, Mérida, v. 15, n. 28, p. 25-34, 2009. Disponível em: http://ve.scielo.org/scielo.php?pid=S1316-03542009000100004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 14 dez. 2021.

WESZ JÚNIOR, V. J.; LOVIS TRENTIN, I. C.; FILIPPI, E. E. Os reflexos das agroindústrias familiares para o desenvolvimento das áreas rurais no Sul do Brasil. **Cuadernos Desarrollo Rural**, Bogotá, v. 6, n. 63, p. 59-85, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/117/11712705004.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2021.

Apêndices

Apêndice 1 - Questionário Para os Integrantes do CODETER

Departamento de Fitotecnia, Tecnologia de Alimentos e Sócio Economia.

Pesquisa: “Histórico e situação atual da Política de Desenvolvimento Territorial: o caso do Território Professor Cory / Andradina”

1 Identificação

1.1 – Nome do entrevistado:

1.2 Endereço:

1.3 Telefone:

1.4 Idade: _ anos 1.5 Escolaridade:

2 Como você tomou conhecimento do Território Prof. Cory/Andradina?

3 – Em relação a sua representação junto ao Colegiado de Desenvolvimento Territorial (Codeter) “Território Prof. Cory/Andradina” qual o:

3.1 Nome da organização/instituição:

3.2 Tipo de representação: () Candidatou-se () Foi indicado

3.3 O motivo de ter se candidatado ou ter aceito a indicação?

4 –Quanto a sua participação no Codeter do “Território Prof. Cory/Andradina” indicar:

Período: (em anos)

Frequência média: (_) mensal () Algumas vezes durante o ano

() Anual () Outra frequência: _____

5 Você tem informações sobre os resultados obtidos pelas ações (projetos/benefícios) desenvolvidos no “Território Prof. Cory/Andradina no(a):

() sua comunidade/ assentamento () Município () Região/Território () Nenhuma

(Responder os demais itens seguintes desta questão somente se tiver informações sobre os resultados)

5.1 Avalie o grau de importância que tiveram as ações (projetos/benefícios) desenvolvidas no “Território Prof. Cory/Andradina:

Para sua comunidade/assentamento:

() muito importante () importante () pouca importância () nenhuma

Comente sua resposta: _____

Para outras comunidades do município ou daregião:

() muito importante (_) importante () pouca importância () nenhuma

Comente sua resposta: _____

5.2 Você tem informações sobre a situação atual destes projetos/benefícios?

() Não () Sim, comente:

5.3 Quais foram os pontos **fortes** da atuação do Codeter “Prof. Cory/Andradina?

5.4 Quais foram os pontos **fracos/dificuldades** da atuação do Codeter “Prof. Cory/Andradina?

6 Em relação à retomada da articulação das entidades que compuseram o Codeter Prof. Cory/Andradina e as atividades desenvolvidas, você considera atualmente:

() Necessária () Dispensável (_) Possível () Muito difícil

Comente sua resposta:

6.1 *(Caso considere possível)* Voltaria a participar do Codeter Prof. Cory/Andradina se fosse convidado ou indicado?

7 Tem mais alguma observação ou comentário que deseja registrar?

Apêndice 2 - Questionário equipe de inspeção:



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
 Campus de Ilha Solteira

Programa de Pós-Graduação em Agronomia – Sistemas de Produção

Pesquisa: “Histórico e situação atual da Política de Desenvolvimento Territorial: o caso do Território Professor Cory / Andradina”

Para o responsável pela equipe de Inspeção da AMENSP / CIENSP

Data da Pesquisa: ____/____/____

1 IDENTIFICAÇÃO

1.1 Nome: _____ 1.2 Telefone: _____

1.3 Município: _____ 1.4 Idade: _____ anos

1.5 Formação escolar: _____

1.6 Função exercida: _____ 1.7 Quando iniciou? _____

1.8 Qual seu vínculo empregatício? _____

1.9 Quais atividades exercia antes de iniciar a atuação na inspeção? _____

2 ATIVIDADES DE INSPEÇÃO

2.1 Quais as ações iniciais desenvolvidas pela equipe SIM / SUASA no período de implantação da inspeção?

2.2 Quais as atividades desenvolvidas pela equipe de inspeção SIM / SUASA no período recente/atual?

2.3 Como estão os municípios, da área de abrangência do CIENSP, quanto ao atendimento das condições necessárias à implantação de empreendimentos via SIM/SUASA?

2.3.1 Atendem todos os requisitos (Criação da Lei do SIM, articulador, etc.): _____

2.3.2 Ainda não atendem todos os requisitos: _____

2.4 Em relação aos empreendimentos:

2.4.1 Quais estão implantados e funcionando (nome/atividade e município)? _____

_____ Quais foram implantados, mas pararam as atividades (nome/atividade e município)?

2.4.2 Quais estão em implantação (nome/município)? _____

2.4.3 Após a implantação os empreendimentos são acompanhados? () Não

() Sim () Quando há demanda () Somente visitas de fiscalização

2.4.5 Você tem alguma informação se os empreendimentos contaram com:

() Acompanhamento da extensão rural

() Outro tipo de apoio técnico: _____

() Crédito de programas oficiais

() Utilizaram recursos próprios

2.4.6 Na sua avaliação, quais são as dificuldades dos empreendimentos para serem implantados de acordo com as normas do SIM/SUASA?

2.4.7 Há alguma dificuldade ou aspecto que pode ser melhorado em relação ao trabalho realizado pela equipe de inspeção? () Não () Sim, o quê?

3. OBSERVAÇÕES: _____

Apêndice 3 - Questionário Articuladores / Representantes



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
 Campus de Ilha Solteira

Programa de Pós-Graduação em Agronomia – Sistemas de Produção

Pesquisa: **“Histórico e situação atual da Política de Desenvolvimento Territorial: o caso do Território Professor Cory / Andradina”**

Para os Articuladores dos Municípios com responsabilidade dos trabalhos do SIM / SUASA

Data da Pesquisa: ____ / ____ / ____

2 IDENTIFICAÇÃO

1.1 Nome: _____ 1.2 Telefone: _____

2.3 Município: _____ 1.4 Idade: ____ anos

1.5 Formação escolar: _____

1.6 Função principal exercida: _____ 1.7 Quando iniciou? ____

1.8 Qual seu vínculo empregatício? _____

3 ATIVIDADES LIGADAS À INSPEÇÃO

2.1 Quais as atividades que você desenvolve em apoio à equipe de inspeção do SIM/SUASA?

2.2 Em relação às atividades abrangidas pelo SIM/SUASA:

2.2.1 Quantos agricultores ou outros empreendedores solicitaram informações, visando implantação ou formalização do negócio?

2.2.2 Quais empreendimentos você ajudou a implantar e estão funcionando (nome/atividade)?

2.2.3 Quais ajudou a implantar, mas pararam as atividades (nome/atividade)? _____

_____ Quais está
ajudando a implantação (nome/atividade)? _____

_____ Após a

implantação você tem acompanhado os empreendimentos? () Não

() Sim () Somente quando há demanda

2.2.6 Você tem alguma informação se os empreendimentos contaram com:

() Acompanhamento da extensão rural

() Outro tipo de apoio técnico: _____

() Crédito de programas oficiais

() Utilizaram recursos próprios

() Outro tipo de apoio na implantação: _____

2.2.7 Na sua avaliação, quais são as dificuldades dos empreendimentos para serem implantados de acordo com as normas do SIM/SUASA? _____

_____ 2.2.8 Na sua
opinião, há alguma dificuldade ou aspecto que pode ser melhorado em relação ao trabalho realizado pela equipe de inspeção? () Não

() Sim, o quê? _____

_____ 2.2.9 Na sua
opinião, o que a prefeitura ou outro órgão público pode fazer para ajudar a viabilizar a regularização de um maior número de empreendimentos pelo SIM/SUASA?

3. OBSERVAÇÕES: _____

Apêndice 4 - Questionário Produtores Rurais / Empreendedores atendidos pelo Serviço de Inspeção



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
 Campus de Ilha Solteira

Programa de Pós-Graduação em Agronomia – Sistemas de Produção

Pesquisa: “Histórico e situação atual da Política de Desenvolvimento Territorial: o caso do Território Professor Cory / Andradina”

Para o responsável pelo empreendimento que solicitou regularização do SIM/SUASA

Data da Pesquisa: ____/____/____

3 IDENTIFICAÇÃO

1.1 Nome: _____ 1.2 Telefone: _____

3.3 Endereço: _____

1.4 Idade: ____ anos 1.5 Escolaridade: _____

1.6 Principal atividade que exerce: _____

2 DADOS DO ESTABELECIMENTO E DO EMPREENDIMENTO

2.1 Área do estabelecimento: ____ ha ()

2.2 O estabelecimento é: () Próprio () Família () Outra situação: _____

2.3 Quais as principais atividades agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento? _____

2.4 Você já desenvolvia a atividade informalmente antes de solicitar a regularização pelo SIM/SUASA? () Não () Sim, há quantos anos? _____

2.5 Como você tomou conhecimento do trabalho de inspeção do SIM / SUASA ? _____

2.6 Qual o empreendimento que regularizou (ou está regularizando) junto à inspeção do SIM/SUASA? _____

2.7 Qual os tipos de produtos e a quantidade média produzida mensalmente? _____

2.8 Na implantação do seu empreendimento você contou com:

() Acompanhamento da extensão rural () Orientação da equipe de inspeção

() Outro tipo de apoio técnico: _____

() Crédito de programas oficiais () Somente com recursos próprios

() Algum outro tipo de auxílio, qual? _____

2.9 Atualmente seu empreendimento você conta com:

() Acompanhamento da extensão rural () Orientação da equipe de inspeção

() Outro tipo de apoio técnico: _____

() Crédito de programas oficiais () Recursos próprios somente

() Algum outro tipo de auxílio, qual? _____

2.10 Na sua avaliação, quais as maiores dificuldades de regularizar um empreendimento de acordo com as normas do SIM/SUASA? _____

2.11 Há alguma dificuldade ou aspecto que pode ser melhorado em relação ao trabalho realizado pela inspeção? () Não () Sim, o quê? _____

2.12 Quais foram as vantagens de regularizar o seu empreendimento (ou quais espera no caso de estar regularizando)? () Aumento das vendas ()

Obtenção de preços melhores

() Diversificação dos canais de comercialização () Maior confiança dos consumidores

() Melhoria a renda líquida (lucro) e da condição de vida

() Outra(s): _____

2.13 Você considera que a regularização do seu empreendimento teve alguma desvantagem? () Não () Sim, qual(is)? _____

3. OBSERVAÇÕES: _____